

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO – SEGUNDA REUNIÃO  
REALIZADA NO DIA VINTE CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E  
DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO TRINTA E SEIS**-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco A. Júdice, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo

Jorge Velez Muacho, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira, José Roque Alexandre, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Maria João Bernardino Correia, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Mário Nelson Morais Freitas, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes e Nuno Firmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José Manuel Marques Casimiro e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Aná Páscoa Baptista.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP).-----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira (IND).-----

----- O Deputado Municipal Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira (BE), após suspensão de mandato, antecipou o seu regresso a partir de 20 de setembro de 2018. ---

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente da CML, Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: Miguel Gaspar e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Oliveira Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, Ana Jara e Nuno Correia da Silva. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, agradeço que tomem os vossos lugares, peço à Câmara também para tomar os seus lugares. -----

----- Peço também ao Grupo Municipal do CDS e aos outros Grupos Municipais que tomem os vossos lugares, por favor, agradecemos a presença todos, de Público, dos Dirigentes da Câmara que nos acompanham, dos Senhores jornalistas e vamos começar os nossos Trabalhos. -----

----- Senhores Deputados e a Senhoras Deputadas, temos aqui alguns avisos que eu gostaria de dar logo no princípio dos nossos Trabalhos hoje é uma continuação de uma Sessão Ordinária, portanto, não há inscrição do Público. -----

----- Dizer-vos o seguinte, para a semana supostamente isto estava previsto, termos uma Sessão de Perguntas à Câmara, o Senhor Presidente não vai poder estar e eu também estou com muitas dificuldades, estivemos a ver a agenda, há um dia que se o Senhor Presidente poderá estar, desta é que é o dia 16 de outubro, onde estava previsto no calendário uma Sessão Extraordinária, portanto, a proposta que tenho a fazer-vos é que para a semana não acha Sessão, e depois temos no dia 9 uma Sessão com Declarações Políticas, em que está convidada a Senhora Presidente da Comissão Nacional de Proteção e dos Direitos das Crianças e Jovens, conforme estava combinado, finalmente, conseguimos acertar o calendário, e ela poderá estar e teremos Declarações Políticas, dia 9, portanto, para a semana, tomem nota nas vossa agendas que não teremos, e as Perguntas à Câmara serão no dia 16, pelo que depois, os Serviços encarregar-se-ão de avisar quando é que tem que entregar as referidas perguntas. -----

----- Quanto ao Plenário de hoje dar-vos uma explicação também, nós não temos, hoje é Sessão Ordinária, nós tínhamos um acordo para termos sempre linguagem gestual nas Sessões Ordinárias, mas a Associação que nos indica as pessoas não tinha ninguém para nos indicar para hoje, por essa razão não temos o intérprete de linguagem gestual hoje, mas, naturalmente a responsabilidade não é nossa, mas estamos sujeitos, naturalmente a termos esta disponibilidade. -----

----- Vamos então iniciar os nossos Trabalhos com a continuação da Ordem do Dia da Reunião Ordinária.-----

----- Dizer-vos ainda que o Senhor Vereador Manuel Salgado mandou informar que não podia estar presente hoje, se houvesse algum ponto, que os Senhores Deputados entendessem que era imprescindível a sua presença, que pedia o adiamento, mas penso que a Câmara estará em condições de responder o que for preciso e, portanto, se se o problema ou se a questão se justificar à medida que formos progredindo na Ordem dos Trabalhos, veremos isso, em todo o caso eu penso que a Câmara estará em condições de esclarecer aquilo que são as Propostas que também têm a assinatura do Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- E vamos começar pela primeira, é uma desafetação do domínio público Municipal, tem um Parecer da 1ª Comissão Permanente.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 440/CM/2018 – SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO) - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O SEU DOMÍNIO PRIVADO DA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA JOSÉ ESCADA, COM A ÁREA DE 6.970,00M<sup>2</sup>, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta 440/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto à Câmara se quer apresentar esta Proposta? É a Proposta 440/CM/2018, desafetação domínio público Municipal para o domínio privado, de uma parcela de terreno na Rua José Escada.-----

----- Pergunte se se a Câmara quer usar da palavra? Não vejo sinal da Câmara que prescinde da apresentação.-----

----- A Senhora Presidente da 1ª Comissão quer apresentar o seu Relatório? Prescinde da apresentação do Relatório. Vamos dar a palavra, se houver inscritos, vamos a isso para a Proposta 440/CM/2018.-----

----- Não há inscrições, então sendo assim, vamos pôr à vossa consideração a Proposta 440/CM/2018 da Câmara.-----

----- **Proposta 440/CM/2018**, não há votos contra, votos de abstenção do BE, PEV, PAN e 1 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PPM e 7 IND. **A Proposta 440/CM/2018 foi aprovada por maioria.**-----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “O PEV indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito.”-----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes absteve-se na Proposta nº 440/2018, por ter constatado o seguinte: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à apreciação da Assembleia Municipal de Lisboa a desafecção do domínio público municipal para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno, sita na Rua José Escada, com a área de 6.970 m<sup>2</sup>, onde se encontra implantada a Escola Básica de Telheiras (ex-nº 57) edificada pela extinta EPUL, cujo edifício, se sabe, se prepara para entrar em obras de requalificação. -----

----- É sabido que o domínio público municipal se caracteriza pela sujeição a um regime jurídico especial de protecção, cujos bens públicos impõem a realização de fins de interesse público ou de utilidade pública, pressupondo-se que toda a área que não for do domínio público municipal, por falta de afectação pública, é do domínio privado do município, sendo este último definido por exclusão. -----

----- Sobre a dominialidade pública é referido por Sousa Franco, no parecer “Ocupação do domínio público municipal” que o fundamento do carácter público dos bens integrados no domínio público é “associado à sua primacial utilidade colectiva, isto é, à sua indispensabilidade para a satisfação normal e regular das necessidades colectivas da população”. -----

----- De facto, está inequivocamente subjacente ao domínio público a satisfação de necessidades colectivas e, por conseguinte, a prossecução de interesses públicos pelas demais pessoas colectivas de direito público, nomeadamente as autarquias locais que são titulares do direito de propriedade pública sobre os bens do domínio público. -----

----- Inerente a esta característica do domínio público há uma outra, não menos importante e que a distingue e fundamenta, que é a sua in comerciabilidade, ou seja, a sua subtracção ao comércio jurídico privado (vide art. 202, nº 2 do Código Civil). Esta característica tem consequências relevantes, uma vez que tais bens, ficando de fora do comércio jurídico, não são susceptíveis de ser objecto de qualquer apropriação particular, seja através de alienação ou de outra qualquer transacção regulada pela lei civil. -----

----- Por outro lado, importa saber que a existência do domínio público decorre da lei. É o que dispõe o art. 84º da CRP ao consagrar constitucionalmente o domínio público, onde se inclui o municipal, e ao conferir a possibilidade de o legislador ordinário definir “quais os bens que integram o domínio público (...) das autarquias locais”. -----

----- Todavia, como refere Pedro Gonçalves, no parecer “O domínio público e a sua ocupação pelas empresas de rede” e Sousa Franco no parecer citado não existe uma lei que concretamente indique os bens que integram o domínio público das autarquias, o que coloca em dúvida, não a sua existência jurídica, mas a identificação dos bens do próprio património autárquico que é constituído por bens

*adstritos quer ao regime do domínio público autárquico, quer ao regime do domínio privado autárquico, sendo este último definido por exclusão. -----*

*----- Ora, no lacónico conteúdo da Proposta nº 440/2018, a CML nem clarifica a sua ‘exigência’ para a regularização por meio de desafetação, nem recorre a qualquer normativo do ‘Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial’ (D.-Lei nº 80/2015), nem apresenta à AML qualquer parecer do seu departamento jurídico. E embora Os Verdes entendam a necessidade da regularização patrimonial, não sustentam, a par da citada jurisprudência, que daí advenha a obrigatoriedade da desafetação da referida parcela para o domínio privado. -----*

*----- Apesar de manter dúvidas sobre alguns dos superficiais pressupostos da Proposta nº 440/2018, Os Verdes acabaram por se abster, perante as vantagens que o edifício escolar comporta para a comunidade educativa. -----*

*----- Assembleia Municipal de Lisboa, 25 de Setembro de 2018, O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, Cláudia Madeira e J. L. Sobreda Antunes” -----*

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Vamos passar agora à apreciação conjunta de uma série de Propostas relacionadas com afetação ao domínio público Municipal.-----*

*----- Vamos agora ver este conjunto de Propostas de afetação ao domínio público Municipal é a Proposta 442, que é uma parcela, pertencente a um prédio particular na Rua Embaixador Martins Janeira, para passar para a posse da Câmara, para o domínio público da Câmara, e é a 443, que é afetação de um remanescente de uma parcela na Rua Tenente Espanca, são estas duas. -----*

*----- **PONTO 2 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELAS DE TERRENO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS:**-----*

*----- **PONTO 2.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 442/CM/2018 - PONTO II DA PARTE DELIBERATIVA - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, CEDIDA A TÍTULO GRATUITO PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, COM A ÁREA DE 120 M<sup>2</sup>, PERTENCENTE AO PRÉDIO PARTICULAR SITO À RUA EMBAIXADOR MARTINS JANEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR;** -----*

*----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;** -----*

*----- (A Proposta 442/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----*

*----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----*

*----- **PONTO 2.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 443/CM/2018 – PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA - AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DO REMANESCENTE DA PARCELA MUNICIPAL SITA NA RUA TENENTE ESPANCA, JUNTO AO N.º 44, DO PRÉDIO DESCRITO EM SEDE DE** -----*

**REGISTO PREDIAL SOB O N.º 3452 DA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA, COM ÁREA DE 278,70 M<sup>2</sup>, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR:** -----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;** -----

----- (A Proposta 443/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se a Câmara quer apresentar algumas destas Propostas? A Câmara não sinaliza.-----

----- Pergunto se a Senhora Presidente da 1ª Comissão, e Relatora, quer apresentar os Pareceres? A 1ª Comissão dispensa, a Senhora Presidente dispensa a leitura do Parecer que foi distribuído.-----

----- Pergunto quem é que se quer inscrever nas Propostas 442 e 443? A Mesa não regista inscrições pelo que Senhores Deputados vamos pôr à vossa consideração, elas tem que ser votadas naturalmente, individualmente. -----

----- Eu pedia atenção aos Senhores Deputados que vamos novamente votar, pedia aos Senhores Deputados para se sentarem nos seus lugares porque vamos votar a Proposta 442/CM/2018.”-----

----- **A Proposta 442/CM/2018** não tem votos contra, abstenções do CDS-PP, PPM e MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, 7 IND, BE, PAN e PEV. **A Proposta 442/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Proposta 443/CM/2018** não tem votos contra, abstenções do PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PEV, PPM e 7 IND. **A Proposta 443/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora temos um conjunto de Propostas de adenda aos contratos delegação de competências.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS; GRELHA BASE: 1,5XGRELHA BASE (51 MINUTOS):**-----

----- **PONTO 3.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 505/CM/2018 – PONTOS 1 A 3 DA PARTE DELIBERATIVA - CELEBRAÇÃO DE ADENDAS AOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS DO AREIRO, CAMPOLIDE E SÃO DOMINGOS DE BENFICA, NOS TERMOS DA**

**PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 23.º, DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ARTIGO 116.º E DO ARTIGO 120.º, N.º 2, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR;** -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----

----- Recomendação 035/01 (1ª CP) -----

----- (A Proposta 505/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 035/01 (1ª. CP) fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- **PONTO 3.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 529/CM/2018 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, BEM COMO A RESPECTIVA AFETAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, COM ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E A MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 23.º E DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR;** -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----

----- Recomendação 035/02 (1ª CP) -----

----- (A Proposta 529/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 035/02 (1ª. CP) fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante) -----

----- **PONTO 3.3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 570/CM/2018 – CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, OUTORGADO A 31 DE MAIO DE 2017, RELATIVA A REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, RESPECTIVA MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO E A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2019, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 23.º, DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DOS ARTIGOS 116.º E SEQUINTE, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR;** -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente -----



----- **Recomendação 035/03 (1ª CP)**-----  
----- (A **Proposta 570/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----  
----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** fica anexado a esta Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----  
----- (A **Recomendação 035/03 (1ª. CP)** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer apresentar as Propostas? -----  
----- O Senhor Deputado Rui Costa chama a atenção para? Eu não consigo ouvir, peço desculpa. Está impedido em relação ao Ponto 3.2 e comunica o seu impedimento no ponto 3.2, muito bem.-----  
----- Relativamente a estas Propostas, o Senhor Vice-Presidente quer fazer uma apresentação sumária das Propostas? Dispensa a apresentação das Propostas, a Senhora Deputada Inês Drummond é a Relatora, portanto, vai apresentar, naturalmente os seus Pareceres, os três, não sei se é um só Parecer, se é um Parecer conjunto ou se é um Parecer separado, mas pouco importa.-----  
----- Faça o favor Senhora Deputada.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----  
----- No mandato autárquico de 2013/2017 teve início o processo de reorganização administrativa da cidade de Lisboa, a par desta descentralização operada por vias das competências próprias atribuídas às juntas de Freguesia, no âmbito da reorganização da cidade e como forma de responder de modo mais eficaz e célere aos problemas das populações locais foram delegadas pelo Município um conjunto delegações de competências, em matérias de natureza diversa.-----  
----- No início do mandato autárquico 2017/2021 sentiu-se necessidade de proceder à monitorização e revisão do processo de delegação de competências desenvolvido no mandato anterior, com o objetivo de obter uma visão global e integrada de todo o processo, avaliar os procedimentos adotados e encerrar situações pendentes e preparar um ciclo duração de competências.-----  
----- Este processo de encerramento destas situações pendentes é feito por via de formalização de adendas que não comportam qualquer aumento do valor global dos recursos financeiros atribuídos a cada uma das Freguesias em apreço, neste caso as Freguesias de Areeiro, Campolide e São Domingos de Benfica.-----  
----- Nestas Freguesias, as situações por concluir, devem-se aos seguintes factos, não terem sido executadas na totalidade as intervenções previstas nos CDC e ou terem sido executadas por um valor inferior aos recursos financeiros afetos. As soluções para compensar as situações referidas no número anterior passam por substituição, inclusão de novas intervenções, que se entendam de maior interesse e prioridade para

a população local ou por compensação com intervenções que tenham sido executadas por um valor superior à dos recursos financeiros previstos. -----

----- Não obstante validadas do ponto de vista técnico estas alterações carecem de ser formalizadas através de adendas aos respetivos CDC, importa por isso clarificar que estes CDC não foram concluídos no decurso do mandato anterior e se irão manter em vigor do presente mandato. -----

----- A Proposta não prevê afetação de recursos financeiros para o efeito mantendo-se os montantes dos contratos iniciais, assim reputa-se de particular importância a celebração do presente negócio jurídico, a presente Proposta encontra-se em condições de ser votada pela Assembleia Municipal de Lisboa, e a 1ª Comissão propõe ainda ao Plenário da Assembleia que delibere recomendar à Câmara que proceda às alterações que, aliás, será objeto aqui de uma Proposta, proceda às alterações dos erros e gralhas, conforme consta da tabela elaborada pelos Serviços da Assembleia Municipal, que está anexa ao Parecer. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto se há algum Senhor Deputado que quer usar da palavra sobre estas declarações de competências? -----

----- É uma apreciação conjunta, portanto, para qualquer uma delas, sei que o PCP está inscrito para a Proposta relacionada com a Freguesia de Carnide, Tem a palavra. --

----- Sim, é a Proposta 529 exatamente, tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ A Senhora Deputada Ana Páscoa, do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu penso que o Parecer da Proposta 529 ainda não foi apresentado, aliás, conferi ainda agora com a Relatora. -----

----- Não, não, a Senhora Deputado Inês Drummond apresentou o Parecer da 505 e não da 529.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Deputada, é uma apreciação conjunta das três propostas e, portanto, como não temos ninguém inscrito, só apresentou para a primeira? Então peço desculpa. -----

----- Se a Senhora Deputada não se importa de voltar ao seu lugar, o lapso foi meu, peço desculpa.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, creio que o erro terá sido meu que só apresentei mesmo a outra proposta. -----

----- Bom, em relação à Proposta 529 é muito idêntica às Propostas que têm sido aqui apresentadas na Assembleia Municipal, no que diz respeito ao projetos das refeições

saudáveis, pelo que se calhar lia apenas as Recomendações que a 1ª Comissão prepara para o Plenário da Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa “que proceda ao levantamento de todos trabalhadores que se encontram a prestar serviço nos refeitórios escolares, ao abrigo dos contratos delegação de competências, isto tudo tendo em conta o carácter permanente deste projeto, uma forma de os mesmos virem a ser integrados no âmbito do PREVPAP”. ---

----- Dois “que após este levantamento proceda no sentido de transferir para as Juntas de Freguesia, as verbas indispensáveis para que estes possam fazer face aos acréscimos de custos inerentes à integração nos mesmos, no âmbito do contrato em funções públicas. Proceda ao levantamento de todos os equipamentos que não se encontrem nas melhores condições ou em seu correto funcionamento e providenciem a sua substituição ou os recursos financeiros para que a Junta de Freguesia o faça.” ----

----- No que diz respeito à Proposta 570, esta também é uma Proposta em que o Município pretendeu construir um novo parque urbano de Lisboa, com cerca de 20 hectares, no terreno Municipal em Carnide, entre a Bairro Padre Cruz e as oficinas do Metropolitano. -----

----- As instalações do Clube Atlético e Cultural encontram-se dentro do perímetro de intervenção do referido parque urbano, pelo que haverá necessidade de realocar o Clube para outras instalações e garantir a continuidade do trabalho desenvolvido pelo mesmo junto da comunidade. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide resolveram, entenderam essencial dotar a cidade e, em particular, a Freguesia de Carnide de estruturas desportivas, nesse sentido foi feito, foi executado um contrato de delegação de competências entre o Município e a Junta de Freguesia de Carnide, no entanto, e assim procurando ser o mais breve possível, no entanto, as verbas demonstraram-se insuficientes pelo que, vem a Câmara agora reconhecer essa mesma insuficiência de verbas, ficando a Junta de Freguesia de Carnide com a missão de analisar quais os custos em concreto, que serão a necessários para fazer face a este CDC e assim o concluir. -----

----- A 1ª Comissão propõe ao Plenário da Assembleia Municipal que delibere Recomendar à Câmara Municipal que, após a reavaliação das necessidades por parte da Junta de Freguesia de Benfica, para dar cumprimento à execução da obra de construção do complexo desportivo Municipal de Carnide, no Bairro Padre Cruz, que se reputa de particular importância para a cidade...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, peço desculpa. Senhores Deputados desculpem mas há imenso ruído na sala, imenso barulho na sala e a Senhora Relatora está a apresentar o Parecer, eu peço um pouco de silêncio.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Deverá a Câmara Municipal proceder à necessária correção dos montantes previstos no contrato de delegação de competências e também proceder nestas três

Propostas às alterações de erros e gralhas conforme a lista que consta da tabela anexa, realizada pelos serviços da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, agora sim a Senhora Deputada Ana Páscoa, é finalmente a sua vez.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- A Proposta que aqui se aprecia, estou a falar da Proposta 529, a prevê a celebração do contrato de delegação de competências entre o Município e a Junta de Freguesia de Carnide, para assegurar o serviço de refeições escolares a escolas da Freguesia.-----

----- Como é do conhecimento público a opção política pela concessão das cantinas das escolas a privados, tem levado à degradação da qualidade e quantidade das refeições confeccionadas, pois as necessidades das empresas concorrerem entre si, baixando preços para ganharem os concursos, tira margem de manobra a decisões sobre as ementas e a qualidade dos produtos.-----

----- O mundo de escolas com queixas sobre a diminuição da qualidade e quantidade de refeições tem, quando é sabido, vindo a crescer! A gestão pública das cantinas escolares e a confeção local é a prática que um melhor garante uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para as crianças e jovens. As cantinas escolares são um elemento fundamental na alimentação dos alunos, permitindo que muitos deles façam uma refeição decente por dia, e constituindo-se como uma peça chave para o desenvolvimento e o crescimento saudável das crianças e jovens.-----

----- É com base neste princípio fundamental e por se tratar da assunção de competências por administração direta da Junta de Freguesia, sem conceção a privados, que o PCP votará favoravelmente esta Proposta. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, ouvimos a intervenção da Senhora Deputada, não temos mais ninguém inscrito para este pacote destas três delegações de competências, já foram apresentados os Pareceres, estamos em condições de votar quando os Senhores Deputados estiverem sentados, e poderão então pôr à votação, uma para uma, e depois as Recomendações da Comissão.-----

----- Em primeiro lugar a Proposta 505, há uma Recomendação da Comissão para corrigir os erros materiais, e eu vou dizer quais eles são, são a simples: na 3ª linha do assunto da Proposta onde consta Areeiro há uma gralha, está tão mal escrito. No ponto 1º da parte deliberativa deve acrescentar-se a Proposta 575 de 2014, que por lapso não foi mencionada, e finalmente não pode 1ª parte diretiva onde se refere a Proposta 395 deve estar a Proposta 365, foi um lapso também de escrita, e onde se refere a Proposta

409 deve estar a Proposta 490, portanto, estas correções e erros materiais são devidamente assinalados na Ata e na deliberação, caso seja aprovada e for enviada para o Boletim Municipal, vamos pôr à votação a Proposta 505/CM/2018. -----

----- **A Proposta 505/CM/2018** não tem votos contra, votos de abstenção do CDS-PP, PPM e BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, MPT, PAN, PEV e IND. **A Proposta 505/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- Vamos agora para a votação da Recomendação, da 1ª Comissão, no sentido de corrigir as gralhas e erros materiais. -----

----- **Recomendação 035/01 (1ª. CP)**, não há votos contra, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação 035/01 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Vamos passar agora à Proposta 529, que tem a ver com o projeto de refeições escolares, de Freguesia de Carnide, também tem um erro material que é o seguinte, que eu vou passar dizer: a 529 em primeiro lugar não necessita da declaração prevista no artigo 10º do Regulamento do Orçamento da Câmara por ter REF, que eu não sei o que é REF, se alguém me conseguir explicar o que é REF eu gostava de saber. -----

---- Não é, é qualquer coisa, já vou tentar perceber, ah, é Repartição de Encargos Futuros, muito obrigado, e agradecia que quando fizessem estas observações que as fizessem de uma maneira que toda a gente as entendesse, portanto, não precisa da Declaração porque tem a repartição de encargos futuros. -----

----- O estudo que é referido na Proposta já foi rececionado, quanto a erros materiais “no contrato de delegação de competências, o número 2 da cláusula 5ª. que remete para o valor previsto no número anterior, mas esse valor não consta desse número”, portanto, tem que explicitar qual é esse valor, porque não está devidamente referenciado, mas não há dúvidas, sobre qual ele é, porque ele consta da proposta e vamos pôr à votação. -----

---- **A Proposta 529/CM/2018**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Proposta 529/CM/2018 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira do Grupo Municipal do BE e o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participaram na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.) -----

----- Quanto à seguinte, a Recomendação nº. 35/02, da 1ª. Comissão, a Senhora Relatora já a apresentou, que é no sentido de, é um pouco mais extensa, não é apenas a correção de erros materiais, portanto, a Senhora já apresentou e a Recomendação o que diz é o seguinte, eu vou ler apenas a parte deliberativa: “que proceda ao levantamento dos trabalhadores que se encontram a prestar serviços nos refeitórios escolares, portanto, ao obrigo destes contratos, isto e tendo em conta o carácter permanente este projeto, estude uma forma de eles poderem vir a ser integrados no PREVPAP, que é o programa de regularização extraordinária dos vínculos na Administração Pública, “depois deste levantamento proceda às alterações nos contratos de delegação de competências no sentido de transferir para as Juntas as

verbas indispensáveis para que essas possam fazer face aos acréscimos de custos nos termos do regime de contrato de trabalho em funções públicas, que proceda ao levantamento dos equipamentos, que não se encontram nas condições necessárias ao corrente funcionamento e providencie a sua substituição ou recursos para que a Junta o faça e as alterações de erros e grelhas conforme já foram identificadas” e vamos pôr à votação esta Recomendação da 1ª. Comissão.” -----

----- **Recomendação n. 35/02** (1ª. CP), não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação n. 35/02 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira do Grupo Municipal do BE e o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participaram na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal.) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar agora à terceira Proposta deste mesmo pacote, que se trata de uma delegação de competências, também na Freguesia de Carnide, relativa à reprogramação financeira e, portanto, com a correspondente a correção da reprogramação financeira, com que a correspondente correção dos compromissos plurianuais.-----

----- Sobre esta Proposta pergunto se alguém quer usar a palavra? Alguém quer usar da palavra sobre a Proposta 570, ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos? Não vejo assinalados pedidos de palavra, vamos por a Proposta à vossa consideração.”-----

----- **Proposta 570/CM/2018**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **A Proposta 570/CM/2018** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Quanto à Recomendação 35/03 (1ª. CP) são os erros materiais que eu não assinalei, mas que assinalo agora e que são os seguintes: a alínea a) do ponto 3, da parte deliberativa não coincide com o texto do número 2 da cláusula 6ª, da minuta da adenda ao contrato de delegação de competências, e a segundo é que a alínea c) do ponto 3 da parte deliberativa onde consta 31 de junho, tal como na alínea b) do número 3 da cláusula 6, quando deveria constar 30 de junho, é uma diferença de 31 para 30, é menos um dia. -----

----- Com estas correções vamos pôr à votação. -----

----- **Recomendação n.º. 35/03** (1ª. CP) não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação n.º. 35/03** foi aprovada por unanimidade. -----

----- Eu esqueci-me de referenciar isto, é importante que fique na Ata no respetivo momento, e já passou, foi na votação anterior, na Proposta 529, que os Senhores Deputados Municipais Ricardo Moreira e Rui Costa, Independente, declararam-se impedidos de participar na votação, portanto, o seu voto não foi não foi, não pôde ser exercido.-----

----- Terminámos o Ponto 3 e vamos passar ao Ponto número 4, é a apreciação de uma Proposta.” -----

**----- PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 449/CM/2018 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À CPL- COMUNIDADE PORTUÁRIA DE LISBOA, NA QUALIDADE DE ASSOCIADO ADERENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 23.º, 32.º E ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 SETEMBRO DE 2013, BEM COMO DO DISPOSTO NO ARTIGO 56.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO NA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

**----- Parecer da 2ª. Comissão Permanente;**-----

**----- Recomendação 036/02 (Deputado Municipal Independente Rui Costa);**-----

----- (A Proposta 549/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 2ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 036/02 (D.M. Ind. Rui Costa) fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

**----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou: -

----- “Esta é uma Proposta de adesão do Município de Lisboa à Comunidade Portuária de Lisboa, na qualidade de associado aderente. -----

----- Temos sobre esta Proposta um Parecer da 2ª Comissão Permanente e temos uma Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Costa.-----

----- Pergunto à Câmara, ao Senhor Vice-Presidente, relativamente ao Ponto 4, que é a adesão do Município de Lisboa à Comunidade Portuária de Lisboa, pergunto se a Câmara quer explicar a Proposta? A Câmara prescinde da apresentação da Proposta.---

----- Agora o Senhor Deputado José Leitão para a apresentação do Parecer da 2ª Comissão, o Senhor Deputado Municipal José Leitão vai fazer uma intervenção, é isso? -----

----- Portanto o Parecer foi distribuído, todos o conhecem, não tem Recomendação, e há uma Recomendação depois do Senhor Deputado Rui Costa, que poderá usar da palavra por um minuto, para apresentar a Recomendação, e depois daremos a palavra aos Senhores Deputados que a pedirem no na parte do debate, é um minuto da apresentação que conta aqui.”-----

**----- O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A Recomendação que aqui vem tem um objetivo claro de transparência. A Câmara Municipal de Lisboa, ou melhor, o Município de Lisboa frequentemente adere a um conjunto de organizações de natureza privada, no caso associações, mas também eventualmente, fundações ou cooperativas, e o regime jurídico do setor empresarial local ou da atividade empresarial local impõe alguns critérios para essas adesões.-----

----- Por outro lado a adesão a estas entidades comporta necessariamente custos para o Município de Lisboa, pelo menos a joia ou as anuidades e, portanto, nós estamos aqui numa constelação, associados numa constelação de associações sem que possamos ter controlo, de quantas são, de quanto custam, e sobretudo se por acaso não há até outros apoios que sejam envolvidos, e nesse sentido nós defendemos que o Município de Lisboa, a Câmara Municipal, e é isso que se recomenda, que estabeleça critérios de publicidade para estas participações locais, identifique as coletividades identificando as suas atividades e, sobretudo permitindo quer aos eleitos locais, quer à sociedade civil, aos cidadãos e cidadãs que se interessam por estas causas, perceberem qual é o impacto destas participações e qual é o proveito para Município de Lisboa. Disse.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, eu queria só lembrar aos senhores Deputados que a participação no setor empresarial público ou Municipal, a participação do Município e as empresas que o Município detém, em termos empresariais, estão anualmente identificadas sempre, quer no orçamento, quer nas contas do Município, portanto, nós temos essa relação completa, o que não temos efetivamente é uma relação das atividades das entidades não empresariais, associações e coisas dessa natureza, de qualquer modo, naturalmente, agora os Senhores Deputados dirão da sua justiça no debate da Proposta. E vamos dar a palavra. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal José Leitão, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito rapidamente para dizer o seguinte, eu em primeiro lugar queria manifestar a relevância que atribuímos à atividade portuária em Lisboa, eu penso que realmente não deixa de ser um pouco insólito que quando estamos a discutir a atividade portuária se desvie a atenção para o todas as outras matérias, mas realmente a atividade portuária é importante, e é para isso que esperamos que continue a ser uma atividade importante. -----

----- Relativamente à Proposta apresentada, à Recomendação do Senhor Deputado Rui Costa, fazendo minhas as palavras já aqui acrescentadas pela Senhora Presidente, é evidente que esta informação é público, é publicada com um orçamento, com o plano, com uma série de outros documentos, mas naturalmente nada temos contra a que seja publicada na forma como é solicitada.-----

----- Agora a conexão desta questão com a atividade portuária é para nós um pouco estranha, mas naturalmente é sempre possível encontrar conexões, está tudo ligado, mas não sempre de uma forma evidente. -----

----- De qualquer forma realmente queria sublinhar a importância pela atividade portuária, por todos os envolvidos na atividade portuária em Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----



----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores e caros colegas Deputados. -----

----- Gostaria também de nome dos Deputados Municipais Dos Cidadãos Por Lisboa, dizer que também fazemos nossas as palavras do orador anterior e ressaltar obviamente, a importância da atividade portuária em Lisboa e do esforço que tem sido desenvolvido também pela Câmara Municipal, no intensificar não só do acolhimento desta atividade, como na ligação da Cidade ao rio, que tem sido um objetivo tem sido perseguido ao longo destes últimos anos. -----

----- Também que gostaríamos de ressaltar o facto da pouca ligação que vemos entre esta Recomendação, que é apresentada, que se liga de uma forma ténue a esta questão, mas acima de tudo também ressaltar, aliás, como disse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que de facto de todas estas informações, que aqui se pede que seja feita uma relação e uma listagem, já vê, de facto, constantes no Relatório de atividades todos os anos, portanto, é uma matéria que que já existe. -----

----- Inclusivamente dizer que no *site* da Assembleia Municipal de Lisboa, desde 2014 dentro do separador de divulgação e contas do Município, encontramos informação sobre esta matéria, tal e qual como no próprio *site* da Câmara Municipal de Lisboa, nas áreas das Finanças e, por isso, gostaríamos também deixara que esta informação para poder esclarecer. -----

----- No entanto, tal como disse, acima de tudo o que interessa aqui é ressaltar a adesão da Câmara Municipal de Lisboa a esta comunidade portuária, a atividade em si, naturalmente, e também a este facto de esta Proposta vir a esta Assembleia Municipal para ser aprovada, referindo também que não só estamos de acordo a Proposta, como com o Parecer que aqui foi emitido e, naturalmente, votaremos, tal como já referi a favor da Recomendação em si, porque achamos que ela também já está cumprida, não é impedimento que votemos a favor, embora achamos que não seja necessário, de facto, ser representada nestes termos. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Rui Costa, tem tempo, tem tempo dos Independentes, pode usá-lo, se mais nenhum Deputado Independente está inscrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradecendo os inúmeros cumprimentos que foram feitos, dizer uma coisa, esta Proposta tanto podia ser apresentada neste ponto, como no ponto seguinte, em relação à FabLab, porque o assunto é exatamente o mesmo e, portanto, optou-se por este por ser o primeiro ponto a ser discutido sobre esta matéria.-----

----- Segunda questão, esta informação não consta dos documentos de prestação de contas financeiras do Município de Lisboa, peço imensa desculpa, contam as entidades do setor empresarial local, não contam estas e se mesmo mo conseguirem demonstrar, até se retira já a proposta, mas não o vão fazer e, portanto, é fundamental para os munícipes que se perceba onde é que o Município gasta os recursos públicos, designadamente neste tipo de associações, e vamos mais longe do que as cotizações propõe-se mesmo que também outro tipo de apoios sejam escrutinados e escrutináveis quer pelos da Administração Local, quer pelos cidadãos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, com efeito em relação a esta Proposta não há custos para a Câmara, está claro nesta Proposta que o Município de Lisboa é convidado a participar na comunidade portuária de Lisboa como membro aderente, como, aliás, outros Municípios ribeirinhos.-----

----- Também está claro na Proposta que foi deliberado para esta comunidade portuária que as autarquias ribeirinhas do Tejo estão isentas de pagamento qualquer quota, portanto, não há encargos na participação, quer de Lisboa quer dos Municípios que já lá estão, que são Almada e Barreiro que participam na comunidade. A comunidade portuária é constituída por oito associações, uma ordem profissional, duas sociedades comerciais e a Administração do Porto Lisboa, os efetivos, os aderentes são os Municípios ribeirinhos e, portanto, o que nos é pedido aqui, quanto à Proposta, depois veremos a Recomendação, quanto à Proposta é que a Câmara de Lisboa possa aderir à comunidade portuária na qualidade, naturalmente, de associado aderente e não efetivo, portanto, sem encargos para o Município, feito este esclarecimento ponho à vossa consideração... Então se faz favor.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Inês Real, do PAN. “-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Deputados e Deputadas Municipais, Público presente, Comunicação Social. -----

----- Começo, de facto, por vos cumprimentar e por referir que o PAN vai votar favoravelmente esta Proposta, mas que gostaríamos de referir que mais do que as preocupações com a dinamização económica, ou a promoção de alguns setores na nossa cidade, esta é uma oportunidade para que seja trazida uma visão com as preocupações ambientais e a pegada ecológica que todos os dias temos com os barcos, e as diferentes atividades que temos no nosso Porto, provocam para o meio ambiente e para o Rio Tejo, a que Lisboa não pode continuar alheia a essa poluição que é produzida, essa problemática ambiental e, portanto, tendo em conta a importância que o rio assume para a nossa cidade, não apenas pelas razões que já aqui foram trazidas mas também porque, de facto, poderá ser uma oportunidade chave para trazer uma

nova visão com estas preocupações para a sustentabilidade e podemos acompanhar, mas fazendo esta ressalva, que é precisamente para que não possamos perder, digamos assim, este navio e esta oportunidade. Muito boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Agora creio que sim, que esgotámos as intervenções e estamos em condições de votar a Proposta 449/CM/2018, a adesão do Município de Lisboa à comunidade Portuária de Lisboa, na qualidade de associado aderente. -----

----- **Proposta 449/CM/2018** não tem votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Proposta 449/CM/2018 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **A Recomendação 036/02**, do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, no âmbito da Proposta 449/CM/2018, não há votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação 036/02 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Foi aprovada por unanimidade e teremos em devido tempo esta listagem que foi pedida. -----

----- Vamos prosseguir agora com a apreciação da Proposta. 450, é o 1º parágrafo da parte diretiva, trata-se de uma adesão agora a uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que a Associação Portuguesa de Laboratórios de Fabricação Digital.”- -----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 450/CM/2018 – 1.º PARÁGRAFO DA PARTE DELIBERATIVA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, APLFD – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LABORATÓRIOS DE FABRICAÇÃO DIGITAL, BEM COMO A ACEITAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR, E DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 53.º, APLICÁVEL POR REMISSÃO DO N.º 3 DO ARTIGO 56.º, AMBOS DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- **Parecer da 2ª. Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta 450/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 2ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer apresentar a Proposta? O Senhor Vice-Presidente dispensa a apresentação da Proposta. O Parecer é da Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, que não está presente, pergunto quem é que é o Presidente da 2ª. Comissão, algum membro da 2ª. Comissão, do CDS-PP ou alguém

do CDS-PP quer apresentar o Parecer da Senhora Deputada Maria Luísa Aldim? Dispensam a apresentação do Parecer da 2ª. Comissão. -----

----- Senhores Deputados nesse caso vamos dar a palavra quem a pedir, para a Proposta 450/CM/2018. -----

----- Senhores Deputados, isto vai começar a animar mais daqui a bocadinho, mas, por enquanto isto está assim com pouca animação, mas não é grave! Lá chegaremos! -----

----- Vamos fazendo o que temos a fazer, o nosso trabalho e neste caso e é importante é para esta associação a decisão que vos está a ser pedida pelo Município e, portanto, a Mesa vai para a vossa consideração, a Proposta 450/2018.” -----

----- **Proposta 450/CM/2018**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Proposta 450/CM/2018 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Portanto, está aprovada esta adesão do Município de Lisboa a esta entidade, os FabLabes Portugal. -----

----- Vamos agora passar a pontos que foram aditados à Ordem de Trabalhos já na sequência da Reunião anterior e o primeiro deles todos é um ponto no qual os Senhores Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva estão impedidos de participar, uma vez que são membros da Administração da SRU, pelo que terá que ser feita a apresentação ou a defesa da Proposta por parte da Câmara por outra pessoa, presumo que pelo Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 352/CM/2018 – PONTO II DA PARTE DELIBERATIVA - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA “LISBOA OCIDENTAL, SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M, S.A.”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º-A DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- Parecer da 1ª. Comissão Permanente;-----

----- Recomendação 036/01 (1ª. CP);-----

----- Recomendação 036/03 (Dep. M. IND Rui Costa);-----

----- (A Proposta 352/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 036/01 (1ª. CP) fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 036/03 (Dep. M. IND Rui Costa) fica anexado a esta Ata, como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É a Proposta 352/2018, trata-se do segundo ponto da parte deliberativa, que tem a ver com a alteração dos estatutos da Lisboa Ocidental SRU, nos termos que está

aqui proposto. Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer fazer a apresentação da Proposta? Peço desculpa, já lá vamos.-----

----- O Senhor Vice-Presidente pode falar agora, só para apresentar e depois tem o seu tempo de intervenção, para a apresentação tem um minuto e tempo de intervenção tem três, mas antes disso há aqui uma questão prévia, o Senhor Deputado Rui Costa pede se neste ponto da Ordem de Trabalhos, se nós poderíamos, temos uma grelha base, se poderíamos ter 2 grelhas base, para a apreciação desta Proposta, não tivemos Conferência de Representantes ontem, portanto, o assunto não pode ser exposto ontem, eu pergunto agora à Assembleia, pergunto se alguém tem objeção a que se duplique o tempo previsto na grelha-base? Não há objeções, se não há objeções escuso de pôr à votação, presumimos que toda a gente está de acordo e, portanto, peço aos Serviços para me darem só aqui uns segundos para os Serviços atualizarem os relógios, para facilitar a vida toda a gente, já está? Muito bem, então temos os seis minutos da grelha-base distribuídos como está nos relógios. -----

----- Pergunto agora á Senhora Relatora, a Senhora Deputada Irene, Presidente da 1ª Comissão, se quer apresentar o Parecer da Comissão? A Senhora Deputada prescinde da apresentação do Parecer da Comissão.-----

----- Há sobre esta Proposta uma Recomendação da 1ª Comissão e essa sim, eu pedia que alguém apresentasse, portanto, se a Senhora Presidente não quer apresentar a Recomendação, a Mesa chama a atenção para a Recomendação que no fundo é o encarregar a Câmara de dar orientações à Lisboa Ocidental no sentido de ter um Relatório trimestral destas empreitadas e que esses relatórios trimestrais sejam enviados a esta Assembleia, isto é o que recomenda a 1ª. Comissão.-----

----- Há uma Recomendação também do Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, para o qual tem um minuto para a apresentar, não sei se quer juntar esse minuto com o tempo remanescente dos Independentes da intervenção do debate. Não é um minuto, neste caso são dois minutos para apresentar, quer aproveitar esses dois minutos? Faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O setor empresarial local tem sido, e as empresas Municipais têm sido uma forma de prossecução de competências nos órgãos do Município e de atribuições, fora daquilo que é o quadro normal de direito de atividade do Município. Há razões para que isso suceda, há vantagens e há seguramente inconvenientes, mas há razões para que isso suceda e eu inclusivamente trazia duas Moções que serão agendadas em ulterior sessão por questões regimentais, em relação a esta matéria e também ao controlo democrático, por parte dos órgãos deliberativo das Autarquias Locais, das atividades destas empresas, mas o que importa aqui ressaltar é o seguinte: nesta Proposta a Câmara Municipal assume que parte das grandes opções do plano serão executadas pelo setor empresarial local, e não é só a SRU, é a SRU, é a GEBALIS, é a EGEAC, que é a EMEL, que irão executar aquilo que são as Grandes Opções do Plano e, nessa medida torna-se de todo desejável que a informação da atividade dessas

empresas venha juntamente com a Informação Escrita do Senhor Presidente, a esta Assembleia Municipal, para que se faça o escrutínio.-----

----- Impõe-se também, para além disso, que se faça o escrutínio trimestral da execução orçamental dessas empresas, como de resto a Lei já determinara, a Lei 50/2012, isso não tem sido feito, não temos feito esse acompanhamento, portanto, a partir do momento em que temos o Município, através destes braços a exercer as suas competências e a prosseguir as suas atribuições, temos também nós que estar à altura, nós Assembleia Municipal, e proceder a essa fiscalização de uma forma mais intensa, e a pedir também a Câmara Municipal que assuma a responsabilidade de dar essa informação e de sujeitar a esse escrutínio pela nossa parte e em termos periódicos e, portanto, queria deixar muito bem vincado isso, independente no fundo à SRU, à qual voltarei em tempo devido, se houver. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, ficou claro o propósito da sua Recomendação.-----

----- Agora vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “ O Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP. “-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, em primeiro lugar assinalar que nem a Câmara nem a Comissão se dispõem a intervir em matéria de tanta importância, que é de reter, achamos que este hábito que se vai criando de não apresentar Relatórios, não apresentar Recomendações, etc., de facto, não corresponde a um melhor trabalho desta Assembleia.-----

----- Quanto a esta Proposta da SRU, constata-se que a transposição das empreitadas, o programa de investimentos Lisboa XXI evidencia o que vai deixar de estar sob a alçada da Câmara. A transferência da competência da Direção Municipal para a SRU não vai trazer transparência, nem benefício e muito menos valor para o trabalho do Município.-----

----- Numa altura em que se exige que a Câmara tenha mais intervenção concreta das políticas de habitação, no espaço público e na valorização da cidade, na coesão social e territorial, a Câmara enceta um processo drástico e definitivo, como o que nos é apresentado nesta Proposta, com a alteração dos estatutos da SRU.-----

----- Um processo que no nosso entender não retira poder à SRU, com a perda de competências de gestão urbana e urbanística nos licenciamentos, mas que vai fazer um poderes de autonomia total, deixando a Câmara afastada decisões importantes, e informações importantes, sobre a gestão da cidade.-----

----- Estamos a falar da Câmara executivo no seu todo. Estamos a falar de obras públicas que deveriam estar na alçada da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O PCP esteve sempre contra a existência das SRU, quando foi criada tinha objetivos muito concretos de reabilitação urbana de um determinado território substituiu se à Câmara nesse mesmo território, com competências que sempre defendemos, deviam ser assumidos pelas assumidas pela Câmara, relatórios sobre o trabalho efetuado e o seu resultado sobre o território abrangido pela SRU, nunca foram dados a conhecer, será que o resultado da reabilitação não correspondeu às expectativas que a Câmara definiu?-----

----- Deveria ter havido mais cuidado nesta mudança radical dos estatutos, temos agora uma Proposta para esta empresa que é um vazio, onde cabe de tudo e nada está definido. -----

----- Ao contrário do que é dito por vezes, o PCP sempre esteve a favor de Empresas Municipais com um objetivo e com um propósito dentro da estratégia da Câmara, e nunca numa empresa de obras, como a SRU, corre o risco de se tornar. -----

----- A reabilitação urbana deverá continuar a ser atribuição e competência dos Serviços Municipais e da Câmara Municipal de Lisboa, por se tratar da satisfação de uma necessidade pública, estratégica e urgente na cidade de Lisboa, além do mais a Câmara é um órgão eleito diretamente pelos cidadãos não devendo este objetivo ser prosseguido por outras entidades. -----

----- O PCP apresentou na Câmara Municipal a Moção número 70 em 25-07 de 2018, propondo que o executivo garanta um mecanismo que permita aos eleitos acompanhar as atividades da SRU Ocidental, Moção que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Assim votaremos contra a Proposta de alteração de estatutos e a favor das Recomendações que são apresentadas. Na nossa opinião a SRU devia ser extinta e a responsabilidade das obras deveriam regressar à CML. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais.-----

----- A Proposta de alteração de estatutos da SRU, que a Câmara traz hoje a esta Assembleia é um erro e terá o voto contra do PSD. Esta Proposta é errada, porque, desde logo, estamos a transformar uma empresa criada e vocacionada para a reabilitação urbana, numa verdadeira empresa de obras municipais. Obras essas que podem nem ser de reabilitação urbana, e algumas delas sabemos já que serão de construção nova. -----

----- Esta Proposta é errada, porque fundamenta-se na necessidade de dar uma resposta ao Programa de Investimentos Lisboa XXI e ao seu conjunto de investimentos estratégicos a realizar nos próximos três anos, ou seja, em virtude de

uma necessidade temporária de três anos, promove-se uma alteração de fundo estrutural na Câmara e no seu setor empresarial Municipal a título definitivo.-----

----- Esta Proposta é errada, porque ao abrigo de uma necessidade temporária vai na prática esvaziar aquilo que são as competências da Câmara, em matéria de obras Municipais e ao esvaziar essas competências afasta-se também do escrutínio da Câmara a sua fiscalização.-----

----- Mas se esta Proposta é errada no fundo e na forma, também o é nos *timings*, as alterações à SRU que vêm hoje a esta Assembleia, vêm no preciso momento em que adensam um conjunto de dúvidas e suspeitas sobre a gestão de alguns processos na área do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Não devemos nem podemos ignorar a realidade, e não podemos fingir que não existiu uma entrevista ao Sol do ex-Vereador Nunes da Silva, com tudo o que lá vem referido, e é neste cenário que o executivo camarário apresenta uma Proposta que visa transferir obras fundamentais na cidade de Lisboa para uma empresa municipal, uma vez mais refiro, fugindo ao escrutínio daquilo que é o executivo camarário composto por diversas forças políticas. -----

----- Com esta nova realidade, na prática, teremos o Senhor Vereador Manuel Salgado, que vai licenciar, e teremos o Senhor Presidente da SRU Manuel Salgado que vai executar, as oposições, essas na Câmara ou na Assembleia Municipal, veem a sua capacidade de acompanhamento e fiscalização diminuídas.-----

----- Com vista a minorar ou a tentar minorar esse problema que é grave, o PSD apresentou em sede de Comissão de Finanças aquela que viria a ser adotada como a Recomendação, que está hoje também aqui em votação, no sentido de ser remetida esta Assembleia os relatórios trimestrais de ponto de situação dessas obras do plano Lisboa XXI, a este propósito referimos também que iremos votar favoravelmente a Recomendação apresentada pelo Deputado Municipal Rui Costa. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Excelentíssimos Membros da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Caros Colegas Deputados. -----

----- Estamos a apreciar neste ponto a Proposta de 352/2018, relativamente à alteração de estatutos de Lisboa Ocidental- SRU, a Sociedade de Reabilitação Urbana e como é conhecido este facto está ligado à aprovação do programa de Investimentos Lisboa XXI do respetivo financiamento junto do Banco Europeu de Investimento. -----

----- Como sabemos, este programa que foi, e que inclusivamente já foi aqui também analisado nesta Assembleia Municipal, que tem por objeto vários setores de intervenção e abarca muitas políticas, tal e qual como já foi aqui referido, não só na área da reabilitação e de construção, mas também da regeneração urbana, do espaço público e áreas verdes e até medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas. -----



----- As Grandes Opções do Plano para a cidade de Lisboa pretendem precisamente e têm nos seus eixos fundamentais a execução de vários projetos de investimento nestas áreas e, por isso, esta Proposta surge, ou melhor, a execução deste programa de investimentos, surge como resposta a esta necessidade e, por isso, a Proposta ou a necessidade de um incremento da capacidade de resposta do Município na execução destas empreitadas, necessita de se encontrar uma solução célere e operacional para poderem ser feitas num tempo útil que se aproxima e, por isso, a opção pela Lisboa Ocidental SRU, portanto, da Sociedade de Reabilitação Urbana, é entendido e é apresentado pela Câmara como a estrutura capaz de incrementar esta capacidade de realização de empreitadas para um período de 2018 a 2021. -----

----- Temos obviamente aqui que dizer que achamos naturalmente que esta Proposta da Câmara nos pareça consistente, no sentido em que, de facto, esta empresa a Municipal, que pertence à esfera das empresas Municipais tem, obviamente a capacidade para o fazer, temos obviamente pena que o nome se mantenha, mas compreendemos também que da parte da Câmara a mudança deste nome implicaria por si, um tal processo e conjunto de procedimentos que inviabilizaria o propósito desta mesma Proposta, que seria a fazê-lo de uma forma operacional e, por isso já houve até em 2014 uma alteração estatutária nesse sentido, de alargamento da área que também foi aqui apreciada nesta Assembleia de área de intervenção da anterior SRU- Lisboa Ocidental, para qualquer área, dentro da reabilitação urbana, DARU de Lisboa. -----

----- Concordámos também na altura com este alargamento e, de facto, neste âmbito a Câmara Municipal de Lisboa já realizou entre 2015 e 2018 várias intervenções de reabilitação urbana, que consideramos positiva e que tiveram um impacto também positivo na cidade. -----

----- O objetivo, como já foi dito desta Proposta, será passar um conjunto de novas competências e, portanto, esta alteração de estatutos vai nesse sentido, particularmente num conjunto de programas que são estruturais e basilares na atuação da Câmara e que estão nas grandes Opções do Plano, portanto, a habitação a renda acessível e a iniciativa pública, o programa Escola-Nova e Creche BA-bá, o Programa Lisboa Serviço Nacional de Saúde mais próximo, portanto, o programa de construção de centros de saúde na cidade de Lisboa, e o Programa uma Praça em Cada Bairro, que já está obviamente em curso e que continuará junto desta empresa Municipal. -----

----- Obviamente e de notar também, ao contrário do que aqui já foi dito, que a Direção Municipal de Projetos e Obras mantém as suas atuais atribuições relativamente às obras não integrem os referidos programas, assim como também é de notar, um facto que nos parece a um importante e até uma melhoria com esta alteração de estatutos, que se vem aqui fazer, que é e que não vem até referido na Proposta, que gostaríamos de ressaltar, que o facto de a SRU também perder a capacidade de licenciamento, que era uma capacidade possuía nos anteriores estatutos e que perde com esta alteração de estatutos, nós consideramos que esta é também uma mudança a positiva, é um passo positivo, aliás, já o tínhamos declarar na Câmara Municipal de Lisboa e aqui na Assembleia Municipal de Lisboa também, que achávamos que as atividades de

licenciamento não deveriam estar ligadas à Sociedade de Reabilitação Urbana e apenas a sua execução, sendo esse o propósito que aqui é enunciado e com o qual não discordamos.-----

----- Gostaríamos também de ressaltar a importância da Recomendação, que é aqui Proposta pela 1ª Comissão, no sentido de elaborar um relatório trimestral das empreitadas a cargo desta empresa e de ser enviada esta Assembleia, assim como a também a Recomendação que é apresentada em anexo a esta Proposta, e esta Recomendação da Comissão que vai precisamente no mesmo sentido, também de submissão de relatórios trimestrais, portanto, acompanhando o Parecer e que nos parece a positivo.-----

----- Gostaria também de dizer que isto também são uma série no fundo, de propósitos que a própria Câmara Municipal já persegue, por assim dizer, relativamente às questões da transparência, aliás, como sabemos nesta Assembleia Municipal as contas consolidadas das empresas Municipais é já um facto consumado, que já vem esta Assembleia, portanto, já cumprem aqui muitos dos propósitos que são aqui anunciados também, e juntamos a isto a favor também o facto de ter havido uma reorganização da Câmara Municipal em que um remodelado departamento de gestão da qualidade e auditoria da Câmara Municipal de Lisboa tem precisamente estas competências e, por isso, ressaltamos também estes pontos positivos que acompanham esta Proposta. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos continuar com os oradores inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Apreciamos hoje nesta a alteração aos Estatutos da “Lisboa Ocidental, SRU” e, na proposta em discussão, é referido no ponto 5 dos considerandos e cito “*A capacidade de gestão e execução de obras da Direcção Municipal de Projectos e Obras encontra-se já próxima do seu limite*”, o que não nos admira pois continuamente Os Verdes têm alertado para o esvaziamento de recursos e serviços em toda a estrutura da Câmara, e esta questão é particularmente relevante pois bem sabemos o impacto que tem ao nível da prestação de funções e serviços aos municípios.-----

----- A alteração estatutária da SRU, ocorrida em 2014, fez com que, além da promoção de operações de reabilitação urbana, a SRU passasse a incorporar nas suas atribuições a possibilidade de executar intervenções de reabilitação e regeneração urbana no âmbito do espaço público, infra-estruturas e edifícios, em qualquer local

dentro da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Lisboa, de que seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Hoje, com esta alteração, pretende-se atribuir mais competências à SRU por forma a esta poder dar seguimento a projectos contidos no Programa de Investimento Lisboa XXI, nomeadamente habitação a renda acessível de iniciativa pública, programa “Escola Nova” e “creches Bê-a-Bá”, programa “Lisboa, SNS Mais Próximo e outros equipamentos sociais”, programa “Uma Praça em Cada Bairro” e vias estruturantes. -----

----- Importa relembrar que, aquando da discussão do ajustamento à orgânica dos Serviços Municipais, Os Verdes alertaram para o facto de estarmos perante mais um processo de esvaziamento da Câmara Municipal e de falta de escrutínio por parte dos órgãos municipais.-----

----- Infelizmente, não podíamos estar mais certos e a prova disso é esta proposta, que não fortalece a Câmara nem privilegia a transparência e a democracia, muito pelo contrário. -----

----- Em conclusão e face ao que temos vindo a defender, o PEV considera que os projectos que se pretendem delegar na SRU, através de mais esta alteração aos seus estatutos, são demasiado estruturantes e definitivos para que a Câmara se desvincule desta forma, de pensar e construir uma cidade integrada e participada, e não defendem o interesse público, pois com esta alteração os projectos e obras públicas vão ser um facto consumado sem qualquer informação, discussão ou participação. -----

----- Não podemos, por isso, estar de acordo com esta proposta, que consideramos ser um grande erro, e votaremos em conformidade. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Deputada, vamos continuar.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Caros Colegas, Público Presente.-----

----- Ao analisarmos a Proposta 352/CM/2018, consta *ipsis verbis* no seu ponto 5 que “A capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras encontra-se já próxima do seu limite”.-----

----- Contudo o executivo municipal, previamente, ou mesma nesta proposta, nunca:---

----- - apresentou qualquer razão, que justificasse a impossibilidade de aumentar a capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras, nomeadamente conferindo-lhe os meios e os recursos indispensáveis para o efeito;-----

----- - nunca justificou porque é a capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras, ou qualquer outro serviço municipal a criar,

não pode ou poderia concretizar os mesmos objectivos da SRU Ocidental, à qual se conferem competências e atribuições de um serviço municipal.-----

----- Não acreditamos que a transparência e as boas contas da actividade autárquica, se atinjam com a criação e manutenção de mais empresas municipais, podendo-se mesmo invocar os exactos e precisos argumentos que o executivo municipal (do qual este, é directo sucessor), usou para extinguir a EPUL. -----

----- Reiteramos, mais uma vez, o por nós já expressamente referido na nossa Intervenção à Proposta n.º 286/CM/2018 (relativa ao Ajustamento à orgânica dos Serviços Municipais do Município de Lisboa), na passada Sessão Ordinária da CML de 3 de Junho, que se aplica como uma luva à Proposta 352/CM/2018, ou seja, também nesta *“não consta fundamentação clara e concreta, que a justifique, porque não vem acompanhada de qualquer Estudo de AVALIAÇÃO, quer dos resultados, quer do do impacto, ou eficácia e custos para Município e para o contribuinte, cidadão”* *“para além da ausência efectiva de qualquer ANÁLISE PROGNÓSTICA, para se preverem esses mesmos potenciais efeitos”* relativamente ao reforço de atribuições e competências da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M, S.A. -----

----- Porque, lembre-se, e fá-lo-emos até à exaustão, *“não existe dinheiro público, apenas dinheiro dos contribuintes”*. -----

----- *Desconhecem-se os fundamentos técnicos e jurídicos, que demonstrem a impossibilidade, de qualquer Direcção Municipal, bem administrada, não possa ter um desempenho igual ou superior ao de uma qualquer Empresa Municipal (com ou sem a configuração de sociedade Anónima)*. -----

----- *Não se pode actualmente utilizar o argumento da agilização, porque as empresas municipais, hoje, por exemplo, encontram-se também sujeitas ao Código dos Contratos Públicos, nos termos conjugados dos artigos 2.º e 3.º desse diploma legal e à demais legislação do Ordenamento Jurídico Português, designadamente no âmbito do Direito Público/Administrativo, cuja respectiva aplicação, nos últimos anos, tem sido extensível às empresas municipais, exactamente para que estas pessoas colectivas cumpram e respeitem as mesmas exigências legais, tal como qualquer serviço municipal*.-----

----- *Por isso, mais inexplicável se torna a continuação das empresas municipais actualmente existentes, e muito mais a expansão e reforço das suas competências, à custa dos serviços municipais*. -----

----- *A SRU, que de Reabilitação Urbana já pouco ou nada tinha, vai passar a ser uma SRO, ou seja uma empresa Municipal “(Sociedade) de Realização de Obras”, o que é inequivocamente comprovado pelo facto de absorver atribuições e competências da Direcção Municipal de Projetos e Obras*. -----

----- Estranhamente, foi noticiado pelo Jornal EXPRESSO de 22.09.2018 que a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M, S.A., que *“os trabalhadores do município de Lisboa que”* para ela *“transitem”* *“terão um acréscimo salarial que em alguns casos chega a 40% da sua remuneração actual”*, o que se encontra omissa nesta proposta, para além de que constitui, no mínimo uma violação

do Principio da Igualdade, produzindo mais um elementos de dúvida, entre muitos outros, relativamente à gestão financeira desta Empresa Municipal. -----

----- Essa mesma peça Jornalística citando uma fonte mais refere que “*A sensação que temos na Câmara é que estão a ser convidados os quadros de confiança pessoal do vereador Manuel Salgado e dos seus colaboradores próximos*”, tudo isto sem qualquer procedimento concursal, claro e transparente, aberto a todos os funcionários da CML e mesmo a candidatos externos. -----

----- Também, não se compreende, sendo mesmo inexplicável, como é que esta Empresa Municipal, continuará a manter na sua denominação jurídica oficial a expressão “*Lisboa Ocidental, SRU*”, quando já intervinha e intervirá em toda a cidade de Lisboa, e não só na sua zona poente. -----

----- Meus senhores e minhas senhoras, Caros Colegas, face ao exposto, comunicamos que não votaremos favoravelmente a proposta. -----

----- Disse! Muito Obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- A primeira nota que o CDS gostaria de dar a propósito deste plano do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa é para esclarecer um termo, um jargão repetido, *ad mauseam*, no documento que está *in situ*, que diz precisamente respeito à estratégia. -----

----- Este documento tem zero de estratégia e tem tudo de tática. Em primeiro lugar, porque esvazia e decreta a falência da cadeia de comando da Câmara Municipal de Lisboa, e ela tem algumas etapas que são inalienáveis e não podem ser substituídas em matérias tão paradigmáticas e estruturais da vida dos lisboetas, são eles o planeamento, a organização, o controlo e a direção.-----

----- O que está aqui a fazer é desvirtuar a essência da Câmara Municipal, perpetrar uma finta sobre os eleitores à sua revelia e nas suas costas, criar algo que o socialismo há muito tempo habitou Portugal, criar estruturas paralelas que ganham vida própria, atirando-lhes o dinheiro para cima, acreditando assim que os problemas serão resolvidos com por artes de mágicas. -----

----- Na verdade, utilizado aqui uma frase que ficou célebre, de um grande poeta português, adaptando-a a este quadro político: “Salgado quer, o PS sonha, a todopoderosa SRU nasce!”, da parte do CDS ainda estamos para perceber hoje, porque é que a gestão e a execução por parte da Direção Municipal de Projetos e Obras da Câmara Municipal está hoje à beira do limite, que estudo sustenta esta afirmação?

Não queremos palavras ocas, ideias soltas no ar, queremos dados concretos e objetivos que possam sustentar esta afirmação. -----

----- E se por outra, porque é que não foi capacitada, os instrumentos da Câmara Municipal para dar robustez, a solidez e a resposta cabal a este flagelo que é o da reabilitação urbana das novas infraestruturas e de programas de renda acessível para os mais carenciados. -----

----- E, de facto, o portanto que resulta desta leitura é o facto de estar a ser criado pela Câmara Municipal de Lisboa, um novo *Euromilhões* na Administração Pública! De acordo com um jornal que já foi aqui citado, e nós estamos muito habituados a que os Ministros da propaganda não estejam dentro do executivo, mas que libertem as suas informações para a imprensa, é assim que a Assembleia Municipal pode exercer o seu controlo político e democrático, que cerca de 40 por cento das remunerações serão aumentadas na nova SRU, e que o seu quadro de pessoal também sofrerá um incremento de 14 funcionários para cerca de 50. Ora, a que é que se deve este aumento? Que mensagem estará a Câmara Municipal a passar para os funcionários camarários, que eventualmente poderá redundar uma desmotivação e descaracterização da sua proficiência e empenho na missão, para a qual estão mandatados pelo povo lisboeta? -----

----- E quais são os critérios para estes convites? Será o amiguismo? O clientelismo? O socialismo e outros “ismos”? Deixo ao vosso critério e imaginação! -----

----- E aqui termino dizendo o seguinte: as empreitadas, as Obras Públicas, os programas de renda acessível são para o CDS uma matéria de particular sensibilidade e premência social, e acreditamos que eles não devem fugir ao controlo político, mas que este mesmo deve ser reforçado, e que ser cada vez mais competente através de uma esfera de decisão que não pode, nestes termos, fugir à Câmara Municipal e assim pergunto: será esta maioria PS, mais Independentes, suficiente para tomar uma decisão deste relevo e importância que reverte um modelo que tinha sido pioneiro em Lisboa? -----

----- Dois, não será melhor, a bem da transparência, reforçar as competências camarárias e aumentar o sufrágio político e o escrutínio são exercidos sobre estas matérias? -----

----- E em terceiro lugar reiterar a pergunta que já foi feita, a bem de quê e porquê estes 40 por cento de incremento de salários nos novos funcionários da SRU, sendo certo que este *El Dourado* não encontra paralelo naquilo que tem sido a tradição da Câmara Municipal de Lisboa, nem o CDS encontra para ele justificação. -----

----- Por essas mesmas razões que o elenquei, não nos resta outra via senão votar desfavoravelmente esta Proposta. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar a palavra quem a vai seguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “A Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- Como sabemos o Município de Lisboa criou em julho de 2004, a Sociedade de Reabilitação Urbana, Lisboa Ocidental, a empresa cujo capital é integralmente Municipal tem como objeto social promover a reabilitação que envolve áreas das Freguesias de Santa Maria de Belém, Ajuda e Alcântara, e tem como Presidente do Conselho de Administração, Teresa de Paço, desde 2004. -----

----- A aprovação da Proposta que hoje discutimos, a confirmar-se, trata-se da cedência a um gesto astucioso por parte deste executivo, para *quicá* evitar o visto prévio do Tribunal de Contas, que analisou, nem sempre com meiguice a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Recordamos que o procedimento normal permite o escrutínio no Tribunal de Contas com a necessidade de visto prévio e reiteramos recorrentemente na Comissão de Finanças uma determinada Proposta, detém este visto como condicionante de forma a ser discutida do ponto de vista técnico, e não como mero procedimento administrativo, pelo que não podemos agora desvalorizar tudo e simplificar este processo sob pena de diminuirmos os nossos mecanismos de fiscalização. -----

----- Ora, a partir do momento em que determinado tipo de competências passa para a SRU a não obrigação desta comunicação prévia vai diminuir o poder de escrutínio e de fiscalização da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Na Proposta que hoje discutimos é afirmado que a capacidade de gestão e execução das obras da Direção Municipal de Projetos e Obras se encontra já próxima do seu limite, como aqui já foi referido, e que de entre o universo dos serviços e empresas Municipais se verifica que a SRU será a estrutura capaz de incrementar a sua capacidade de realização de empreitadas, de modo a exercitar alguns dos programas que integram o plano de investimentos para o quadriénio 2018/2021. -----

----- O cumprimento integral das regras, como nós já temos visto, não tem sido apanágio deste executivo! Lembramo-nos, por exemplo, do chumbo do Tribunal Constitucional da Taxa Municipal de Proteção Civil, e também do anúncio público do Senhor Presidente da Câmara que afirmou perante a comunicação social que estava a ponderar colocar o Estado Português em Tribunal a propósito desse mesmo chumbo da Taxa de Proteção Civil, até hoje nada mais sabemos sobre o assunto e o chumbo já foi há mais de 9 meses, mas sabemos que este escrutínio permitiu devolver aos lisboetas uma taxa que nunca deveriam ter pago. -----

----- Uma empresa paralela ou uma acumulação de cargos, tendo como objetivo o controle ganancioso de todas as áreas ligadas à arquitetura e o urbanismo da cidade de Lisboa, são algumas das críticas que o Partido Popular Monárquico coloca perante esta Assembleia Municipal. -----

----- Depois de o Executivo ter proposto a transferência de competências da Direção de Obras para a Sociedade de Reabilitação Urbana de Lisboa Ocidental, a presidência da empresa Municipal passa de uma técnica, Teresa do Paço, que estava há 14 anos no

cargo, para o Senhor Vereador do Planeamento, Urbanismo, Património e Obras Municipais, o Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Do mesmo modo o Senhor Vereador das Finanças, Recursos Humanos e Sistemas de Informação, João Paulo Saraiva, terá o cargo de Vogal do Conselho de Administração desta empresa. E o PPM questiona, porquê? -----

----- Ora a modificação agora solicitada, altera totalmente o objeto da SRU Lisboa Ocidental, permitindo nas palavras deste executivo agilizar procedimentos, mas permite também nas nossas palavras, novas nomeações de cargos, pois esta nova SRU terá, com certeza, outros meios financeiros que acompanham as competências. -----

----- Esta empresa dentro do Universo Municipal era a tá hoje quase insignificante do ponto de vista financeiro, pois o seu âmbito era também ele limitado, com esta alteração do objeto e âmbito de atuação terá outro volume de negócios e necessariamente o envelope financeiro correspondente. -----

----- Por tudo o que atrás foi exposto, o Partido Popular Monárquico é contra a Proposta em análise, pois esta fragiliza a posição de fiscalização e escrutínio desta Assembleia, posição essa de que o Partido Popular Monárquico não prescinde, nem se demite! Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- A Mesa, naturalmente, sente-se na obrigação de lembrar aos Senhores Deputados que as Empresas Municipais, as empresas públicas em geral e as Empresas Municipais em particular, têm a mesmíssima obrigação da obtenção de vistos do Tribunal de Contas, do que têm os Municípios, portanto, aqui a Senhora Deputada disse o contrário, portanto, eu quero lembrar isto. -----

----- O visto do Tribunal de Contas é obrigatório, o visto prévio do Tribunal de Contas é obrigatório para as Empresas Municipais. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ O Senhor Deputado Rui Costa tinha pedido a palavra, mas já não tem tempo, portanto, só se pedir o tempo de alguém, se alguém ceder tempo veremos, no final.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- O Partido Socialista defendeu e sinalizou estas Propostas, quer as que nos são trazidas aqui pelo relatório, quer pela Recomendação que é aqui apresentada, nós defendemos e sinalizámos estas Propostas e o nosso assentimento em sede de Comissão. -----

----- O Partido Socialista é favorável, naturalmente, a uma empresa que faz obra, aliás, nós vemos e temos como exemplo, e achamos é com alguma estranheza que vemos



aqui tanta oposição, a uma empresa que faz obra, porque não vimos essa oposição relativamente à Gebalis, relativamente à EPUL, aliás, este é o modelo que funciona bem, e não funciona bem já em Lisboa, é um modelo que funciona bem e, por isso, às vezes vem aqui perguntar e há pouco a instâncias do PSD, na intervenção do PSD ouvimos aqui dizer que o PSD votará contra, eu normalmente pergunto qual PSD? Porque a verdade é que este é um exemplo, aliás, decalcado de um modelo que funciona bem, Funciona bem no Porto, portanto, esta empresa, este este modelo que aqui está é idêntico ao modelo que existe no Porto, que aliás, existe desde os tempos em que o Doutor Rui Rio era Presidente da Câmara Municipal do Porto. -----

----- E Vossas Excelências nessa altura, e até agora, não fizeram qualquer alteração e continua a existir, aliás, nem o Doutor Rui Rio fez qualquer alteração nem o atual Presidente da Câmara, com o apoio do CDS fez nenhuma alteração à empresa Municipal do Porto, que tem exatamente o mesmo modelo que agora nós aquilo propomos e também o CDS vem aqui dizer que é contra, portanto, é tudo contra, é tudo contra, mas ninguém muda quando lá está, portanto, nós gostaríamos de perceber, são contra o quê? E contra quem? Porque ser contra por ser contra não vai lá! Nós, aquilo que vemos é que há uma falta escrutínio, bem, nós não duvidamos da capacidade dos Senhores Vereadores na Câmara Municipal, os senhores Vereadores da oposição.-----

----- Nós não duvidamos da capacidade dos Senhores Deputados Municipais nesta Assembleia e desta Câmara e, portanto, a capacidade de escrutínio e de fiscalização daquilo que é a atividade do executivo e destas empresas Municipais, naturalmente é para nós sagrada e, portanto, a fiscalização daquilo que se passa a nível do Universo Municipal, nós temos plena confiança nos Senhores Vereadores, temos plena confiança acima de tudo, nesta Câmara, na Assembleia Municipal para fiscalizar a atividade e as competências que são atribuídas por lei a esta Assembleia Municipal e, por isso, naturalmente, votaremos favoravelmente, quer aquelas que são as Propostas da Comissão, quer aquelas que são as Propostas que são aqui apresentadas pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa e, portanto, naturalmente não conseguimos compreender, porque é que há partidos que nuns lado são contra e, noutros lugares, são a favor e quando têm a oportunidade de mudar alguma coisa nada mudam, apenas sabem criticar. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado senhor Deputado.-----

----- A Senhora Deputada Inês Sousa Real pediu a palavra, o Senhor Deputado Rui Costa tinha pedido anteriormente, se houvesse tempo, o PS cede tempo, um terço do tempo restante, não é assim? Portanto, é um terço dos dois minutos e cinquenta e um, que é qualquer coisa como, não chega ao minuto. Senhor Deputado Rui Costa, não chega ao minuto, mas, enfim, cinquenta segundos, qualquer coisa assim e tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, são 56 segundos, vocês aí na Mesa é que têm que controlar o tempo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, tentarei agradecendo ao PS a cedência de tempo, e como antecipava ali eu votarei contra esta Proposta da SRU, e votarei contra essencialmente por duas questões, entendo que não estamos ainda em condições de ter os melhores mecanismos de fiscalização da atividade do setor empresarial local, entendo que a Lei 50/2012 deve ser alterada e, por isso, até pelas preocupações expressas mais à direita nesta Assembleia, terão oportunidade de poder apreciar um documento que apresentem sobre essa matéria, e que infelizmente, não é aqui decidido hoje, mas queria também dizer que votando contra, em função questões de legalidade que invocarei, designadamente relativamente às inerências nos conselhos de administração, que não parece que tenham a acordo legal. -----

----- Quero-vos dizer também que estou particularmente sensibilizado para esta questão, porque, de facto, houve uma política de desvalorização do serviço público, houve impedimento de contratação do novo pessoal e houve impedimentos de progressão na carreira, não é fácil encontrar assim quadros, parece-me difícil, mas tudo isto noutra quadro normativo que capacite esta Assembleia para uma efetiva fiscalização, ainda mais do que aquela que é proposta. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra, penso que a última pessoa inscrita, a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN. -----

----- Ainda há uma intervenção também do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez muito boa tarde, de facto, o PAN vai ter de votar contra esta Proposta, pois, por um lado, parece-nos que, desde logo começa ela própria por reconhecer que, de facto, como foi referido que a capacidade de gestão das obras e execução da própria Direção Municipal já se encontra próxima do seu limite, ora não se compreende como é que havendo este esgotamento das competências e do exercício das funções Municipais se vai transferir para uma esfera, sem que seja assegurado depois a própria capacidade de fiscalização e de controlo, isto até porque, desde logo a própria Proposta vem também reconhecer e propor a necessidade da revogação das competências que estão delegadas, no âmbito da área do controlo do Urbanismo.-----

----- Ora em relação a este ponto nós estamos totalmente de acordo, agora este ponto teria que ser isolado do restante da Proposta, portanto, não podemos votar a Proposta no seu todo e, portanto, porque ela não nos é possível, obviamente, acompanhar única e exclusivamente esta questão.-----

----- Ora estou totalmente, de facto, de acordo aqui com o regresso à esfera da Câmara Municipal do controlo urbanístico, não só pela necessidade, por um lado exercício destas funções, como por outro também de questões de transparência, como entendemos que devem ser reforçados, e já aqui foi referido, os mais existentes na estrutura Municipal. -----

----- Também não se compreende uma duplicação, digamos assim, de estruturas, porque se, de facto, como os Senhores Vereadores vão passar a assumir funções na SRU, não se faz sentido que se esteja a duplicar a estrutura camarária e a estrutura da empresa municipalizada com todo o encargo que daqui depois é inerente. -----

----- Não menos importante é também a falta, no nosso ponto de vista, de concretização que é manifesto na estratégia que acompanha esta Proposta para a realização das empreitadas e que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade 2018/2021, entendemos por isso que é precipitado, nos moldes em que a Proposta está formalizada, que vem a esta Assembleia a sua discussão e deliberação, portanto, iremos votar contra, até porque como também já aqui foi referido, há um momento de suspeição e de análise crítica em cima do Senhor Vereador Manuel Salgado no seguimento destas notícias e, portanto, até que estas duas questões estejam esgotadas, por um lado, o reforço das competências da Câmara e por outras suspeições existentes, o PAN não haverá outra possibilidade senão votar contra aquilo que é que hoje é proposto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, agora é a última intervenção.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Membros da Vereação. -----

----- Nós recentemente tivemos um conjunto, temos vindo a ter um conjunto de intervenções por parte do Partido Socialista que nos levam a compreender que há sempre muita vontade em não discutir o presente. -----

----- Recentemente, o Partido Socialista queria ir a 2006, ir buscar exemplos a 2006, como nós estávamos a discutir matérias aqui em 2018. Agora vemos outra ação recorrente, o Partido Socialista não quer discutir Lisboa. -----

----- Quando nós queremos falar sobre Lisboa, o Partido Socialista vem-nos falar sobre Almada, vem-nos falar sobre o Barreiro, sobre Cascais, sobre Coimbra e hoje chegámos ao Porto! Eu faço um apelo ao Partido Socialista, vamos discutir Lisboa! E em Lisboa isto é uma péssima ideia!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados terminaram as intervenções, o Senhor Vice-Presidente pede a palavra, faz favor, a Câmara tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, quero agradecer o contributo dos vários Deputados Municipais das várias Bancadas em relação a esta discussão e quero em primeiro lugar dizer que achei a discussão muito interessante, mas há aqui algo que eu

não percebi, porque grande parte das intervenções não dizem respeito á Proposta que vamos que, no fundo, vai ser votada nesta Assembleia Municipal. -----

----- Eu queria também deixar claro que a Câmara Municipal entende que a SRU é fundamental para cumprir as Grandes Opções do Plano e, para, no fundo, cumprir o plano de investimento de Lisboa, no fundo, o século XXI e as GOP para o período 2018/2021, e também queria dizer que sim, inspiramo-nos noutros exemplos de outros Municípios, aliás, eu não compreende a gestão autárquica sem nós sabermos o que se passa no Mundo, noutras Cidades, ou noutras Freguesias, acho que é legítimo e até diria que é prudente, Senhor Deputado, e sim, nós inspiramo-nos noutros exemplos e neste caso, em concreto, o Porto, o Porto é um bom exemplo, e sim o Porto também do tempo do Doutor Rui Rio, não há problema nenhum de nós assumirmos isto! -----

----- O Porto do tempo do Doutor Rui Rio é um bom exemplo, e devo-lhe dizer mais, é um bom exemplo enquanto da ideia da existência de uma empresa, no que diz respeito à parte das obras, mas também à ideia de responsabilização da Vereação nessas empresas, porque se for ver, no Porto os Vereadores assumem a responsabilidade, nomeadamente, da nomeação das figuras de representação, nomeadamente, os conselho de administração destas empresas, e é importante nós temos referências, porque na política nós usamos referências, no fundo, ajuda a aprender com os erros dos outros e, nomeadamente a avaliar se aquilo que é o trabalho feito noutros locais pode ou não ser replicado na nossa Cidade. -----

----- Mas também queria dizer uma coisa, porque há pouco foi dito, penso pelo Francisco Rodrigues dos Santos, dizia que cabe aos Deputados controlar politicamente, política e democraticamente o executivo, e é verdade! Mas para fazer esse trabalho bem feito, nós temos que ler as Propostas, nós temos que as ler, porque desde 2014 que a SRU tem como área de intervenção, a cidade inteira. -----

----- Desde 2015 com o contrato-programa que a SRU já faz empreitadas em equipamentos e fora da área original, nomeadamente, espaço público que fez na área original, mas um MUDE ou o Posto de Socorro Avançado no Martim Moniz, ou mesmo escolas, como a Escola Vítor Pala na Penha de França, isto já acontece desde 2015. -----

----- Já desde 2015 que a SRU tem uma atividade alargada do ponto de vista da intervenção e mais, na SRU já se pratica isenção de horário, que permite surpreendentemente, aquilo que os Senhores Deputados referem como um aumento salarial, bem, o aumento diz respeito à isenção de horário, portanto, as pessoas recebem mais rendimento porque trabalham mais horas. Isto acontece na SRU, já acontece na SRU desde sempre, a única coisa que se fará é continuar a praticar para os novos funcionários que forem para a SRU as mesmas regras, de quem já hoje trabalha na SRU e isso parece-me normal e nós devemos, acho eu, na gestão pública procurar as melhores condições para os trabalhadores no contexto onde se inserem. -----

----- Então de que é que se trata o debate aqui hoje? Pois bem, pasme-se, retirar competências à SRU, o debate de hoje não acrescenta à Proposta de hoje uma única competência à Sociedade de Reabilitação Urbana, Lisboa Ocidental, uma única. O debate de hoje retira competências à SRU, retira competências de gestão urbanística,

retira competências no que diz respeito, nomeadamente a licenciamento, e retira, nomeadamente, por exemplo, a possibilidade de expropriação. O debate não era sobre muito do que os Senhores Deputados referiram, o que os senhores Deputados referiram são muitas coisas que saíram nas notícias, mas não é Proposta de hoje. A Proposta de hoje retira competências à SRU, e no que diz respeito às matérias de transparência, total acordo, total concordância com aquilo que são as Propostas que foram feitas para maior escrutínio das empresas Municipais, total disponibilidade da nossa parte. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções, estamos agora em condições de pôr à vossa consideração as várias matérias que temos para deliberar, começamos pela Proposta 352/CM/ 2018, é o Ponto 2 da parte diretiva, a alteração dos estatutos da Lisboa Ocidental SRU e vamos pôr à votação este ponto, o Ponto 2 da parte deliberativa desta Proposta.”-----

----- **Proposta 352/CM/2018, o Ponto 2 da Parte Deliberativa**, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT e 3 IND, não há votos de abstenção, votos a favor do PS e 6 IND. **A Proposta 352/CM/2018, o Ponto 2 da Parte Deliberativa, foi aprovada por maioria.**-----

----- **Recomendação nº. 036/01 (1ª. CP)**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação nº. 036/01 (1ª. CP) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **Recomendação nº. 036/03 (D. M. IND. Rui Costa)**, não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação nº. 036/03 (D. M. IND. Rui Costa) foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Agora que isto já está votado, posso informar que é precisamente o modelo de escrutínio maior e mais frequente que a Câmara está a montar para todas estas matérias e, portanto, há aqui uma convergência relativamente a esse ponto, apesar das divergências sobre o que falámos anteriormente.-----

----- O CDS-PP Declaração de Voto quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- 1. *A denominada “Estratégia” para a realização de empreitadas no âmbito do Programa de Investimento Lisboa XXI nada mais é que uma infundamentada passagem de competências, originariamente na esfera da CML, para a empresa “Lisboa Ocidental SRU”;*-----

----- 2. Na proposta, para tentar justificar esta passagem, com o inerente alheamento municipal (e conseqüente falta de controlo político) sobre futuras empreitadas é somente dito que: -----

----- a. A capacidade de gestão e execução de obras da Direção Municipal de Projetos e Obras encontra-se já próxima do seu limite. -----

----- b. De entre o universo dos serviços e empresas municipais, verifica-se que a Lisboa Ocidental SRU será a estrutura capaz de incrementar a sua capacidade de realização de empreitadas de modo a executar alguns dos programas que integram o plano de investimentos para o quadriénio 2018-2021. -----

----- 3. Entendem os Deputados Municipais do CDS-PP que, as afirmações acima reproduzidas e constantes da proposta em apreço, não estão suportadas em nenhum estudo, ou parecer técnico, pelo que concluem que esta decisão não obedece a nenhum plano estratégico, mas sim a tácticas momentâneas, cujos verdadeiros interesses, continuam por esclarecer. -----

----- 4. Segundo notícia do jornal Expresso – 22/09/18, página 12 – “A “nova” SRU vai oferecer mais 40% a altos quadros da Câmara”. Segundo a mesma notícia e de acordo com a própria CML a SRU, passará dos 14 actuais funcionários, para cerca de 50, apenas nesta 1ª fase. -----

----- 5. Assim, os afortunados, vão para a SRU, ganham mais 40%, fazem o que estavam a fazer, não perdem o vínculo – podem voltar quando quiserem para onde estavam – e o tempo conta para a sua carreira na função pública e progressão na mesma. A que título, pois, se aumentam as pessoas em 40%, mantendo a sua segurança, para fazerem o que já fazem? Não é, tal facto, a criação de à partida, de um El Dorado para alguns felizardos, criando desmotivação naqueles que ficam na CML? É esta a forma – enviesada – de premiar os melhores? -----

----- 6. Note-se, que, ao contrário do afirmado pelo Sr Vice-Presidente da CML – Dr Duarte Cordeiro – na sessão plenária de 25 de Setembro, o aumento previsto na Lei por força da Isenção de Horário, não é de 40%. -----

----- Assim e em conclusão; -----

----- Não há qualquer estratégia devidamente estudada, avaliada e sujeita a discussão/ debate, em sede do executivo municipal; o que há, é, a coberto de um alegado objectivo de racionalização de meios e agilização de procedimentos, uma nítida intenção de retirar uma série de empreitadas, relativas a obras estruturantes para a cidade por se traduzirem em reabilitações do espaço público, do controle político por parte do conjunto do executivo municipal.-----

----- Neste sentido, não poderiam os Deputados Municipais do CDS-PP deixar de votar desfavoravelmente a Proposta em causa por a mesma assentar num pressuposto de base - Estratégia para realização de empreitadas estruturantes em espaço público- que, de estratégico, só tem o nome.... -----

----- Lisboa, 25 de Setembro de 2018, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, Diogo Moura.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Posto isto Senhores Deputados vamos passar ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos que se trata da aquisição pelo Município, por direito de preferência de um prédio sito no Campo Grande.” -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 564/CM/2018 - AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE LISBOA DO PRÉDIO SITO NO CAMPO GRANDE N.ºS 272, 274 E 276, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO EM VIGOR; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta nº. 564/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXV e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVI e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto à Câmara Municipal se quer apresentar a proposta? O Senhor Vice-Presidente? Não quer apresentar a Proposta. -----

----- Pergunto ao Senhor Relator o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves se quer apresentar o Relatório? Dispensa a apresentação do Relatório.-----

----- Bom, Senhores Deputados sendo assim também não temos pessoas inscritas, estamos certamente a reservarmo-nos para o ponto seguinte e, portanto, neste ponto não havendo pessoas inscritas a Mesa vai pôr à votação a Proposta da Câmara sobre esta matéria, que é uma aquisição por direito de preferência no Campo Grande, 272, 274 e 276, é a Proposta 564/CM/2018 e eu vou pô-la à votação.” -----

----- **A Proposta 564/CM/2018** não tem votos contra, votos de abstenção do CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEN, PEV, MPT e 9 IND. **A Proposta 564/CM/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou: -  
----- “Agora sim, vamos passar ao ponto 8 que é uma apreciação conjunta, temos três documentos para apreciar. -----

----- É uma Proposta de deliberação do seu estado independente Rui Costa, é uma Proposta de deliberação do PSD e é uma Proposta de deliberação do Bloco de Esquerda, são os três sobre a mesma matéria.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS SOBRE A MESMA MATÉRIA; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- **PONTO 8.1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **PONTO 8.2 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR**

**MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA - QUE A SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA SOLICITE À 3ª. COMISSÃO A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO, NO PRAZO DE 3 MESES, SOBRE ESTA DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL;**--

----- (A Proposta de Deliberação do DM Rui Costa fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVII e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta de Deliberação 009/PSD/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta de Deliberação do BE fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria dizer, também, que sobre essa matéria, o Senhor Deputado Independente Rui Costa, também solicitou à Mesa que perguntasse à Assembleia, se uma vez que a grelha-base está qui apenas com 34 minutos, se alguém vê inconveniente em que se passe para duas vezes 34 minutos? Portanto, 6 minutos em vez dos 3 minutos da grelha-base, atendendo a que são três matérias para apreciar. Pergunto se alguém se opõe? Ninguém se opõe, está então arrematado, já sabem que nestes 6 minutos quem apresenta propostas tem um pouco mais de tempo, porque tem tempo para apresentar as propostas que tem.-----

----- Sendo assim, começa o Senhor Deputado Rui Costa, que tem aqui uma maneira engenhosa de ir conquistando o seu tempo de intervenção, e tem todo o direito a isso e faça o favor, tem 2 minutos para apresentação da sua Proposta de Deliberação.-----

----- Senhor Deputado, só antes de falar lembrar uma coisa, eu gostava de dizer antes disto, eu peço desculpa, mas estava aqui com atenção às intervenções. Os senhores Deputados terão visto o despacho que eu fiz hoje de manhã, que mandei circular por todos os Senhores Deputados e, é importante dar esta informação à Sessão de Assembleia antes desta discussão, no sentido de relembrar todo o escrutínio que esta Assembleia já fez em termos políticos e até em termos judiciais, relativamente a esta matéria que vai estar sob análise.-----

----- Nesse despacho, eu lembro que houve um conjunto de diligências e deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente, nas Propostas 814/2015, 12/2016 e uma Deliberação que depois se tomou adicional e, que estão distribuídas anexas ao despacho, no sentido de... Houve uma série de diligências, não vou agora repeti-las todas, mas os Senhores Deputados que estavam cá no mandato anterior lembram-se, que a 3ª Comissão, por proposta até do Senhor Deputado Modesto Navarro insistiu numa visita ao local, depois houve grande discussão aqui e depois se pediu um inquérito, fizeram-se diligências junto da Câmara e, portanto, tudo isso foi feito. Foi deliberado por esta Assembleia que a Câmara solicitasse um inquérito independente, esse inquérito foi feito pelo IGAMAOT e foi arquivado no final, não encontraram razão para outra coisa do que o arquivamento, e é o que está aqui também, e houve



uma denúncia do Ministério Público, que eu fiz em nome da Assembleia Municipal destas circunstâncias todas, também culminou com um despacho de arquivamento, que o qual diz claramente: “torna-se manifesto que os elementos de provas recolhidas não permitem concluir pela verificação de crime de violação de regras urbanísticas, em particular, do respetivo resíduo subjetivo.”, portanto, isto foram as diligências que nós fizemos no mandato anterior! -----

----- Chamou-me à atenção o PEV, e com razão, que já neste mandato, em junho passado, aprovámos uma Recomendação do PEV sobre esta matéria, aprovámos aqui “recomendar à Câmara que diligencie com vista à conclusão do inquérito da entidade externa”. O inquérito da entidade externa foi este inquérito da IGAMAOT, que está concluído e que foi distribuído e está no *site*, portanto, podemos pedir outro inquérito, mas este está concluído.-----

----- A apresentação das conclusões são as que eu anexei, naturalmente, a este despacho e pedem aqui que a 3ª Comissão continue a acompanhar estas matérias, isto já foi deliberado em junho e, portanto, esta deliberação mantém-se de pé, que a 3ª. Comissão continue a acompanhar estas matérias e, enviar esta Deliberação à IGAMAOT, que também já foi enviada, portanto, essa parte está cumprida e quanto à conclusão do inquérito a informação que eu apurei é que ela já tinha sido aqui remetida para a Assembleia e já tinha sido dado conhecimento no mandato anterior a todos, portanto, lembrei hoje isso com este meu despacho.-----

----- Senhores Deputados desculpem-me gastar o vosso tempo, mas tinha que evidentemente dar conhecimento destas diligências, porque há aqui Senhores Deputados que não estiveram cá no mandato anterior e não podem adivinhar o que é que esta Assembleia fez, sobre esta matéria, em tempo oportuno, quando o problema foi suscitado, e houve de facto um intenso escrutínio político e as diligências junto do Ministério Público não conduziram à abertura de mais nenhum processo, foi arquivado, a nossa denúncia deu origem a um inquérito que foi depois arquivado.-----

----- Eu queria dizer que de qualquer maneira vamos dar a palavra naturalmente às pessoas que se inscreveram, às pessoas que primeiro apresentaram as propostas, às pessoas que se inscreveram-----

----- Faz favor Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **PONTO 8.1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, e também pelo qualificativo “da forma engenhosa”, porque sempre gostei “do engenhoso Fidalgo de la Mancha” e sempre gostei da feliz expressão Camoniana “Enquanto tiver engenho e arte, se para tanto tiver engenho e arte”.-----

----- E relativamente à Proposta que aqui trago hoje, esta Proposta vem, justamente, porque havia uma outra proposta sobre a mesma matéria apresentada primeiro pelo

Grupo Municipal PSD, com a qual não podia concordar e, quando não concordamos esse é o momento em que temos obrigação de apresentar propostas alternativas, posto que se fosse no mesmo sentido não o teria feito. E, não posso concordar com a proposta do PSD porque entendo que não se pode exigir a esta Assembleia Municipal uma deliberação seca e imediata, requerendo uma sindicância em nome de uma qualquer entrevista de jornal. -----

----- Há que haver contraditório! Esta Assembleia Municipal pode fazer as denúncias, fazer sindicâncias, fazer aquilo que quiser, mas nunca demitindo-se do seu papel de fiscalização, e é exatamente isso que a proposta que cá trago hoje pretende, que esta Assembleia fiscalize, porque a entrevista que originou estas propostas não é uma entrevista de um qualquer familiar do “Santo Ofício”, é a entrevista de uma pessoa que exerceu as mais altas responsabilidades no Município de Lisboa, fosse como Vereador ou fosse como Deputado Municipal e, que já agora “a talhe de foice”, em função destas ilegalidades todas, alega que renunciou ao mandato, renunciando à sua função fiscalizadora.-----

----- Portanto, eu não queria de volta deste episódio, por duas vezes, a Assembleia Municipal, fosse individualmente, por um dos seus Membros, fosse com a proposta que nos é apresentada pelo PSD, se demitisse da sua função fiscalizadora e, sobretudo, que não tivesse em conta a necessidade de contraditório!-----

----- E a entrevista é grave Senhoras e Senhores Deputados, é gravíssima, porque não só cria um clima de desconfiança em toda a cidade, que é preciso apurar e dar seguimentos, se for o caso, como também para aqueles mesmos, que são mais amigos do investimento, cria um péssimo clima para os agentes económicos. Que empresa, que entidade, é que quer investir em Lisboa perante um clima de suspeição destes? E portanto, impõe-se uma resposta clara desta Assembleia Municipal, assumindo na totalidade as suas funções de fiscalização...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado o seu engenho é muito, mas o tempo é pouco! Portanto, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----  
----- Para concluir e fazendo esta Assembleia Municipal as ações de fiscalização que tenham por convenientes. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos passar à segunda proposta, que tem o direito a apresentá-la, que é a Proposta do PSD.” -----

----- **PONTO 8.2 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVIÇOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Municipal Luís Newton, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu acrescentaria que “além de engenhoso é artista”, o Senhor Deputado Rui Costa, aliás, os dois Blocos hoje trazem-nos, aqui uma nova postura relativamente ao modelo de funcionamento da própria Assembleia Municipal, que é recomendar à Assembleia Municipal que faça aquilo que ela já deveria estar a fazer e tem estado a fazer, isso é que é valorizar o trabalho da Assembleia Municipal, é extraordinário, Não! -----

----- Não, o que o Partido Social Democrata aqui faz não tem a ver com a demissão das funções que a Assembleia Municipal tem, como parte significativa do seu trabalho de fiscalização, aliás, como disse a Senhora Presidente, e muito bem, trabalho esse que já tem vindo a ser feito e, portanto, não é isso que se pretende! O que se pretende aqui é uma outra dimensão e é sobre isso que falaremos mais à frente, que é a necessidade imperiosa, em determinado momento, de instar a Câmara Municipal a fazer aquilo que nos parece ser mais claro e, neste momento muito mais importante. ---

----- Reservarei para o meu momento de intervenção, por questões de gestão de tempo, a verdadeira intervenção de fundo sobre esta matéria, mas não podia deixar de dar aqui este aspeto fundamental. A importância de não confundir conceitos e de não confundir aqui o objeto do que se pretende discutir, como também não o reduzir e a Senhora Presidente teve na sua intervenção inicial, uma preocupação de informar os Senhores Deputados e, obviamente, referia-se às questões de fiscalização da Assembleia Municipal que resultam das propostas dos dois blocos, mas a verdade não é essa. A Proposta do PSD não é igual às propostas dos dois blocos, ainda que os dois blocos tenham vindo à boleia do PSD, mas a verdade é tão-somente esta e, o objetivo é tão-somente este, é o momento de clarificar e de pôr de forma muito clara, um ponto final naquilo que é, não a questão de uma intervenção sobre uma obra, mas um clima de suspeição generalizado, que não pode continuar a acontecer, a bem do Município, a bem do Executivo e a bem também obviamente de quem se preocupa com a Cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados. -----

----- Antes do mais, os Deputados Municipais Independentes, Cidadãos Por Lisboa, gostariam de fazer uma declaração e enunciar que considerando as propostas de deliberação relativas a estes elementos enunciados em artigos publicados, sobre práticas urbanísticas da cidade, gostaríamos de dizer que rejeitamos este tipo de procedimentos, porque consideramos que deverá respeitar o segredo de justiça, bem como, a investigação decorrente das devidas instâncias legais e, por isso, ficaremos a aguardar as conclusões que, em devido tempo, vierem a ser comunicadas pelo Ministério Público. -----

----- Nesse sentido, iremos votar contra estas iniciativas, por acharmos que elas não respeitam este princípio básico desta declaração, que pretendemos entregar, esta Declaração de Voto que pretendemos entregar junto com a nossa intervenção.-----

----- Antes de mais, gostaríamos também de dar uma informação que nos parece importante e que, inclusivamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu também, e nós também tínhamos feito essa recolha. De facto, todas estas sessões relativamente ao âmbito da construção da chamada Torre de Picoas, na Avenida Fontes Pereira de Melo, número 41, já foram alvo de amplo escrutínio desta Assembleia Municipal. Em 2016, houve um conjunto de diligências e deliberações, houve a instauração de um inquérito devido ao envio deste processo da Câmara Municipal para o IGAMAOT, como foi já referido, e também houve um despacho de arquivamento relativamente à denúncia apresentada, que declarou “que se tornava manifesto que os elementos de prova recolhidos não permitem concluir pela verificação do crime de violação de regras urbanísticas, em particular do requisito subjetivo” e, portanto, estamos a falar de novas matérias sobre as quais, naturalmente, pode e deve o Ministério Público abrir um processo e fazer a investigação e, como disse, esperaremos pelas conclusões, para nos proferir sobre o mesmo.-----

----- Já sobre as Recomendações que aqui estão em apreço, obviamente, iremos dar a nossa posição, que será como já referido, o voto contra das três, por razões diferentes. Relativamente à Proposta do PSD, gostaríamos de, obviamente, reiterar o princípio com que iniciámos esta declaração que, de facto não concordamos que se solicite à Procuradoria-Geral da República resultados de diligências que estejam a ser feitas no âmbito deste processo, por acharmos, precisamente, que isso viola o segredo de justiça e temos que esperar pela conclusão do inquérito. -----

----- Relativamente à Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, o Senhor Deputado Municipal Independente, Deputado Rui Costa, não poderemos concordar, de facto, por acharmos que deve a Assembleia Municipal tomar as diligências que achar necessárias no âmbito da sua 3ª Comissão, de urbanismo, aliás, pela mesma razão não concordamos com a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda, até porque julgamos que solicitar à Presidente da Assembleia, que encarregue a 3ª Comissão da elaboração de um relatório, não nos parece a forma correta de funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- As comissões têm, obviamente, e regimentalmente a obrigação de apreciarem as propostas que lhes forem remetidas pela Mesa, sobre as quais se devem pronunciar e emitir parecer, mas não têm que receber instruções do Plenário, elas são autónomas e,

naturalmente, e acredito, aliás, como membro da 3ª Comissão, que esta matéria e qualquer outras matérias serão respondidas, aliás, não tenho visto até hoje nenhuma matéria desde que sou membro desta Comissão, neste mandato e no anterior, que não tenha sido respondida pelo Vereador do Urbanismo, porque sempre que o chamámos ele veio a esta Assembleia, obviamente, como é o seu dever e, portanto, não concordamos com esta metodologia, que é aqui apresentada e por isso votaremos contra estas 3 Recomendações. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho, dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, nós vemos com uma grande preocupação estas declarações de um ex-Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em entrevista a um jornal. São declarações graves, em especial por serem feitas por um ex-eleito, apesar de como também aqui já foi dito, não serem novidade. -----

----- Esta Assembleia Municipal tem a responsabilidade de fiscalizar a ação da Câmara Municipal e de todos os seus Vereadores, mas exatamente por isso, não subscrevemos posições sensacionalistas nesta matéria. -----

----- Destas propostas que estão aqui apresentadas e vão ser votadas, aquela que nos parece mais equilibrada e útil para os cidadãos, é precisamente a proposta do Bloco de Esquerda e, portanto, é apenas esta proposta que acompanhamos e que votaremos favoravelmente, em nome da fiscalização, da transparência e da boa gestão pública.-----

----- Não acompanhamos as restantes Propostas porque estas misturam fiscalização política, com investigações judiciais e, pretendem apenas montar um espetáculo que consideramos pouco dignificante, sem utilidade prática de fiscalização e sem qualquer utilidade para a Cidade de Lisboa. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Mesa, caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- A matéria sobre a qual nos debruçamos nestas duas, agora três propostas, é da maior importância no que respeita ao papel fiscalizador desta Assembleia Municipal e daquilo que é a ação do executivo, mas que entretanto, ultrapassa aquilo que é o âmbito municipal dos órgãos autárquicos. Mais do que discutir e aprofundar

pormenores sobre as notícias veiculadas e em ambos documentos, e que são graves, o CDS entende que aquilo que circunda a gestão urbanística na cidade, pela mão do Senhor Vereador Manuel Salgado, e com o “agrément” de Fernando Medina, preocupa os cidadãos, e deve acima de tudo, preocupar em particular, quem foi eleito pelos lisboetas para salvaguardar os seus interesses e, garantir rigor e transparência na gestão dos bens públicos. -----

----- No que toca às várias áreas camarárias, e onde o urbanismo tem uma preponderância central, o CDS tem vindo a desempenhar o seu papel de agente ativo, na fiscalização daquilo que são medidas tomadas, seja por aval direto do Vereador Manuel Salgado, seja através da análise, minuciosa, das várias propostas que têm passado quer pela Câmara, quer por esta Assembleia Municipal e, portanto, mais do que ir ao pormenor das notícias, a ação de fiscalização tem sido, da parte do CDS constante. -----

----- Lembramos o Processo da Empreitada da 2ª Circular, em que enviámos o mesmo para averiguações da Procuradoria-Geral da República, as obras da Torre Picoas, a ampliação do Hospital da Luz e a destruição do Quartel/Museu dos Bombeiros, as trapalhadas dos leilões da SRU, ou mais recentemente, a Operação Integrada de Entrecampos, para os terrenos da Feira Popular e, temo-lo com pedidos de informação escrita e requerimentos, colocando questões nas reuniões, fazendo propostas alternativas e, votando contra, sempre que é colocado em causa o interesse público, ou quando as explicações, que se tornaram regra, são insuficientes ou inexistentes por parte do executivo. E, portanto, temos denunciado aquilo que consideramos uma má gestão urbanística da cidade de Lisboa, em cada momento de forma contínua. ----- Nesta mesma Assembleia, defendemos a criação de comissões eventuais, quer para o processo da 2ª Circular, quer para o processo de Entrecampos, exatamente porque entendemos que deve haver um escrutínio pormenorizado de matérias sobre as quais existem dúvidas fundadas, mas quer nestes casos, quer noutros, o PS e a maioria que vai oscilando, conforme o caso, obstaculizou propostas, que no sentido de um maior esclarecimento, e este tema que hoje aqui discutimos não é um tema, nem uma discussão nova! -----

----- Aliás, este executivo padece de um problema de transparência e respeito democrático, seja na Câmara ou seja na Assembleia, são inúmeros os pedidos de informação por responder, a que se junta as constantes questões colocadas diretamente ao executivo, e das quais não obtemos qualquer resposta ou em algumas das vezes, respostas vagas e, portanto, Senhor Vice-Presidente e Vereadores, esta forma de estar gera opacidade nos processos, nas decisões e vai contra o princípio da transparência. -----

----- A Câmara vai-nos dizer, obviamente, o CDS tem uma visão catastrófica do município, mas Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores, não será por mero acaso que o Município de Lisboa, naquilo que respeita ao índice municipal de transparência, encontra-se numa posição que não deve, não pode, deixarmos satisfeitos e tranquilos, muito pelo contrário, também nessa matéria ainda há muito caminho a percorrer! -----

----- Mas é nesse sentido, Senhores Deputados, que o CDS entende, que qualquer iniciativa que contribua para um maior esclarecimento e transparência dos atos autárquicos, sejam eles por decisão dos órgãos, seja por competências delegadas em Vereadores ou Serviços, que votaremos favoravelmente os documentos em apreço e, portanto, não me parece, daquilo que já foi dito neste debate, que os documentos que estão agora em apreço, quer do Deputado Independente Rui Costa, quer do PSD, sejam contraditórios e nem sequer vou comentar o do Bloco de Esquerda, porque veio a reboque, à última da hora, para aproveitar o comboio.-----

----- Reitero o que aqui já vos disse, a ação fiscalizadora de CDS é contínua e, em particular, numa área que tantas das tem levantado no âmbito da sua gestão, como é o caso do urbanismo. -----

----- Os episódios sobre a má gestão são vários, contínuos, esta é uma situação e forma de estar, e fazer cidade, no mínimo, e para nós, dúbias. -----

----- Mas Senhora Presidente permita-nos lembrar aquilo que foi o último processo discutido nesta casa, e que nos levantou inúmeras reservas, e que é a Operação Integrada de Entrecampos, nós não temos dúvidas quanto à ilegalidade deste processo, fomos dando nota dessa preocupação ao longo do tempo, fizemo-lo de forma bastante detalhada nesta Assembleia, na discussão da proposta aqui nesta Casa. Manuel Salgado e Fernando Medina fecharam os olhos àquilo que considerámos um abuso de utilização dos bens domínio público municipal, na aferição da área de edificabilidade para os terrenos da Feira Popular. E, portanto, tanto nesta como noutras matérias, esta não é uma questão apenas política, mas é também jurídica e do controlo da legalidade por via judicial e, portanto, em suma, Senhora Presidente, para terminar a nossa posição sobre estes documentos, o CDS irá manter o seu desígnio de cumprimento do papel ativo de fiscalização da ação do executivo, utilizando, sempre que necessário, e sempre que necessário os mecanismos que se encontrem ao seu dispor! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhores a Meus Senhores. -----

----- Uma semana depois de o PPM ter vindo aqui, nesta sala, fazer uma referência à entrevista do Senhor ex-Vereador Nunes da Silva, ao Jornal Sol, esta digníssima Assembleia Municipal, e em boa hora, discute propostas de deliberação para acompanhamento, fiscalização e sindicância dos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, a este propósito, garantiu à comunicação social que tudo se passou e, passo a citar: “de forma totalmente correta, pública e transparente.”. Ora como é do senso comum, as organizações públicas têm uma responsabilidade de transparência para com a sociedade, muito superior a qualquer outro organismo, não nos podemos limitar a fingir, como diz o Ministério Público, que não houve violação de normas urbanísticas, ignorar por completo toda a estranha situação, entre projetos rejeitados e aprovados para o mesmo terreno, por uma mera troca de proprietários, “À mulher de César não basta sê-lo, há que parece-lo”. -----

----- Uma instituição, como a Câmara Municipal de Lisboa, não pode ser opaca em relação a notícias que são tornadas públicas sobre a sua atividade, neste caso, uma entrevista do ex-Vereador Nunes da Silva, como já foi referido, onde são tecidas acusações gravíssimas! É incompreensível que impere o silêncio sobre determinados assuntos!-----

----- Numa intervenção algo irada, na semana passada, o Senhor Presidente acusou-me de fazer parte de uma certa direita, que utiliza uma política sem substância, baseada apenas em casos, mais acrescentou que a nossa *praxis* pecava por não apresentar nenhuma ideia, e passo a citar, mais uma vez, “nem do tamanho das cobrinhas da Estátua de Dom José”. Vou poupar-vos à listagem de todas as perguntas, requerimentos, recomendações e moções, que foram feitas aqui nesta Casa por parte do PPM, agora não posso deixar de salientar o desprezo e a arrogância com que o Senhor Presidente e a sua Administração têm pela diferença da opinião política!-----

----- Esta administração aparenta ser aberta ao diálogo, mas sempre que pode e, tem podido muitas vezes, não responde a perguntas e evita os consensos, na realidade, o Senhor Presidente e até o PS sempre lidaram muito mal com contraditório e com a posição democrática. -----

----- Minhas Senhoras e Meus Senhores, o PPM irá votar aqui favoravelmente à Proposta de Deliberação do PSD, relativa a uma sindicância aos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, e a Proposta de Deliberação do Deputado Independente Rui Costa, para acompanhamento e fiscalização da atuação do Senhor Vereador. -----

----- Por um lado, importa certificar que a Assembleia Municipal de Lisboa exerça as suas competências fiscalizadoras, assegurando a todos os cidadãos a confiança que os mesmos exigem, particularmente numa situação tão grave como a gerada pelas denúncias contidas na entrevista já referida. -----

----- Por outro lado, e para que não subsistam dúvidas sobre a idoneidade e caráter de alguns dos Dirigentes e dos Serviços da Câmara Municipal, que foram postos em causa com as declarações proferidas na dita entrevista, defendemos a sindicância aos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, como diz o povo, na sua secular sapiência “quem não deve não teme”. -----

----- Em última análise, os lisboetas decidirão o que é melhor para a cidade, na certeza contudo, de que essas mesmas decisões possam ser tomadas da melhor forma, quando baseadas em factos e transparência na atuação das Instituições, e não em ausência de



respostas e, em fugas deliberadas de responsabilidades. É isto que devemos aos nossos eleitores e é por isto que fomos eleitos! -----

----- Minhas senhoras e Meus Senhores, a história ensina-nos quase tudo, no projeto original, da magnífica obra de Machado de Castro, Dom José montado que se encontra no Terreiro do Paço, o cavalo pisava um leão. Posteriormente, o leão foi substituído por pequenas serpentes, que serviram para esconder a estrutura de sustentação de um dos seus membros posteriores. Duzentos e quarenta e três anos volvidos, esperemos que as pequenas serpentes não ocultem nada mais do que a sustentação de uma administração fragilizada. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, a nossa primeira consideração é sobre a situação na cidade, que se agrava, com vários casos em evidência. -----

----- O PCP já fez participações ao Ministério Público, não nesta situação em concreto, mas noutras que são conhecidas, e em que as instâncias judiciais vieram dar razão às questões suscitadas. -----

----- Eu penso pessoalmente, através de um acompanhamento deste processo da Fontes Pereira de Melo, que havia, efetivamente, matéria que devia ser aprofundada, devia ser averiguada, não foi esse o caso!-----

----- Sempre que for necessário o PCP não abdicará de lançar mão a todos os mecanismos ao seu dispor, para a salvaguarda do interesse público. -----

----- Aquela torre da Fontes Pereira de Melo é uma enormidade inaudita e é uma violência contra a Cidade, basta passar por lá. Importa esclarecer que os eleitos do PCP votaram contra o licenciamento da Torre, o PSD absteve-se, para registo, e contra as alterações do PDM, que abriram a possibilidade de se aprovar este projeto, nomeadamente, através dos créditos de construção. A aprovação do PDM em 2012, que apenas contou com os votos contra do PCP, na Câmara Municipal, representa uma total liberalização dos solos, proporcionando a criação de negócios de oportunidade, tal como se verifica neste processo! -----

----- Os eleitos do PCP foram contra a demolição do Quartel dos Bombeiros na Luz e o projeto para a ampliação da Unidade Hospitalar, para aquele local, e conseqüentemente o arrendamento dos espaços municipais, que foi feito, que permitiram a expansão do Hospital da Luz.-----

----- Foram apresentados requerimentos na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, questionando sobre a intervenção e autorização de obras em território municipal, sobre o futuro dos Bombeiros, e de como seria garantido o apoio às populações. -----

----- É obviamente de todo o interesse e, nomeadamente, o interesse da Câmara Municipal, que se prestem os esclarecimentos sobre todos os assuntos, sobre os quais estão a ser levantadas suspeitas. É neste sentido, que iremos abster-nos na Proposta de Deliberação n.º 9, do PSD, porque se fundamenta numa entrevista com matérias que já são conhecidas há mais de 5 anos por todos nós e que saíram em páginas de jornais, são públicas, e que deviam efetivamente ser tratadas e avaliadas, mas pelos Tribunais, e votaremos a favor da Proposta do Deputado Rui Costa e da Proposta do Bloco de Esquerda, uma vez que estas últimas cabem na competência da Assembleia Municipal. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Paros Colegas, Público Presente. -----

----- Na Ordem de Trabalhos da presente Reunião, constam pontos, com fundamento em trabalhos jornalísticos recentes, com destaque para a entrevista publicada no Jornal SOL de 12.09.2018, dada pelo antigo Vereador, o Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, Fernando Nunes da Silva, na qual *ipsis verbis* aí afirma “*O Salgado, que é o verdadeiro presidente da câmara - o Medina é apenas um porta-voz - faz o quer*”, palavras que nos deixaram a todos incrédulos, e que de alguma forma ferem a honorabilidade dos visados. -----

----- Por estes dias, a maioria que suporta o actual executivo municipal e o governo da República, de forma clara e pública, defende “*mandatos únicos*” de titulares em certos e determinados cargos públicos, o que colide com o que se passa com a Câmara Municipal dado que o Senhor Arquiteto Manuel Salgado, ocupa o lugar de Vereador na Câmara Municipal de Lisboa desde o ano 2007. -----

----- Isto também frisa, o antigo Vereador, o Professor Fernando Nunes da Silva, relembrando naquela mesma entrevista que “*Salgado tem 12 anos de mandato - nunca houve ninguém na CML, antes ou depois de Abril, tantos anos consecutivos e com tanto poder*”. Citei. -----

----- As notícias que têm surgido deixam-nos incomodados e tristes, relativamente a um Vereador do Executivo Municipal, da maior cidade do país e sua capital desde há muitos séculos, sem prejuízo do absoluto respeito pelo Princípio da Presunção da Inocência, e do respeito pessoal que o Senhor Vereador nos merece. -----

----- Porém a verdade, a transparência e a justiça deverão sempre prevalecer. -----

----- Por outro lado, o mesmo executivo municipal que por questões insignificantes e comezinhas, se pronuncia frequente e massivamente nos mais variados meios de comunicação social, neste caso nenhum dirigente da Câmara Municipal, nem o

próprio Vereador Manuel Salgado, prestou até à data, quaisquer esclarecimentos ou refutaram directa ou indirectamente o muito referido nessas notícias, bem como as imputações concretas e objectivas formuladas pelo antigo Vereador, Fernando Nunes da Silva. -----

----- Também desconhecemos se o Senhor Vereador Manuel apresentou, ou não, qualquer participação criminal, por exemplo por Difamação ou Calúnia contra qualquer dos órgãos de comunicação social que produziram as referidas peças jornalísticas, bem como contra o antigo Vereador, Fernando Nunes da Silva. -----

----- Relembramos que numa Declaração livre e voluntariamente remetida à Agência Lusa, em Maio de 2007 (e reproduzida em diversos órgãos da comunicação social), o então “*número dois da lista do PS para a Câmara da capital*”, comunicou que «*Em caso de vitória nas próximas eleições da lista em que me integro, devo cessar toda a minha actividade profissional enquanto exercer funções como vereador*”, refere Manuel Salgado, acrescentando que também que se desvinculará da sua sociedade de arquitectura, denominada RISCO, para a qual entrou em 1984». -----

----- O que formal e juridicamente aconteceu efectivamente, de acordo com o publicitado. -----

----- Nessa mesma Declaração, mais adiante, era afirmado: *"Para salvaguarda da reputação do “atelier RISCO”, da minha honorabilidade pessoal e do bom nome da Câmara Municipal, entendo que devem ser afastadas suspeitas de conflitos de interesses ou de favorecimentos. Assim, acordei com as pessoas a quem transmitirei as participações que, enquanto exercer funções executivas na Câmara Municipal de Lisboa, o RISCO não aceitará novas encomendas de promotores privados de projectos que estejam sujeitos a licenciamento ou autorização da Câmara - e, como é óbvio, não realizará trabalhos para o Município"*.-----

----- Isso infelizmente não se verificou. -----

----- Meus Senhores e minhas Senhoras, Caros Colegas, face ao exposto e para a defesa da honorabilidade de todos os visados, nestas infelizes notícias, comunicamos que votaremos a favor da Proposta de Deliberação do Deputado Municipal Rui Costa (IND) – “Acompanhamento e fiscalização da actuação do Senhor Vereador Manuel Salgado”, bem como, *da Proposta de Deliberação 009/PSD/2018 relativa a sindicância aos serviços tutelados pelo Vereador Manuel Salgado*.-----

----- Disse! Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Patrocínio**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, do Partido Socialista.”- -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Nós podemos fazer política de diferentes formas, nós podemos apresentar ideias e debatê-las, podemos apresentar propostas, podemos apresentar projetos, podemos ter divergências salutares e até intensas, podemos também procurar estabelecer compromissos, podemos dar atenção e a ler as propostas que estão em discussão ou podemos fazer o contrário, podemos apresentar e criar números políticos, podemos apresentar propostas demagógicas, sem substância, sem proposta política de um modo muitas vezes populista, radical, lançando suspeições sobre as pessoas e sobre as instituições. -----

----- Podemos também ignorar deliberações que já foram tomadas em devido tempo e podemos também ignorar as competências dos Órgãos e tratar tudo como se fosse novo. Podemos também defender uma coisa e o seu contrário, consoante vamos variando nos meses ou nos anos ou consoante vamos variando as localizações geográficas do país e, também podemos procurar tratar declarações velhas, antigas e que não têm nenhuma novidade, como se fosse algo de novo. -----

----- A primeira parte, normalmente é muito mais difícil, dá mais trabalho, exige mais estudo, exige mais preparação e muitas vezes nem dá tantas manchetes dos jornais, a segunda normalmente é mais fácil, é mais simplista e permitem que na espuma dos dias, aquilo que é velho e não tem nenhuma novidade, até apareça como algo de novo. É, por isso que, pasme-se, nós continuamos muitas vezes a ouvir falar como novidade aquilo que foi o Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, junto ao Hospital da Luz, quando as Senhoras e Senhores Deputados na sua esmagadora maioria, ignoraram a proposta referente à reorganização do dispositivo do Regimento Sapadores Bombeiros, apresentada dois anos antes. -----

---- E eu já disse isto aqui há dois anos e agora vou repetir, é que essa proposta também tem outras localizações na cidade, por exemplo, na Avenida Dom Carlos, não venham daqui a dois ou três anos, dizer que é uma grande novidade, se houver alguma alteração em propostas que são de há cinco, há seis e há sete anos. E, é por isso que, perdoem-me que eu sou algo institucionalista e, se calhar, isto às vezes até é um defeito, algo tradicionalista, e faz-me até um pouco de espécie assistir a algumas intervenções, porque não basta aparecer com uma forma discursiva e de oratória até muito correta, fazer grandes citações, quando depois a substância é muito fraca e nós ignoramos totalmente aquilo que são as propostas, o passado, as deliberações e o conteúdo das diferentes matérias. -----

----- E é também por isso que me faz muita espécie, o estado em que o PSD-Lisboa se encontra neste momento, não é por nós falarmos trinta vezes na Assembleia ou apresentarmos vinte documentos e conseguirmos três ou quatro manchetes nos jornais, que nós ganhamos credibilidade e sinceramente, o PSD a cada dia que passa, e esta proposta que hoje aqui nos apresenta, só reforça esta ideia, perde credibilidade! -

----- Perdeu credibilidade com o resultado eleitoral que os lisboetas lhes deram e sinceramente, não a está a recuperar, porque este tipo de proposta são propostas de partidos populistas, demagógicos, sem proposta política, partidos de protesto, partidos pequenos e que não querem ser alternativa de Governo aqui na cidade. -----

----- E, por isso, Senhor e Senhores Deputados, eu confesso que estava a ler a proposta do PSD e estava a ouvir as intervenções e até estava a pensar "Bem, daqui a três anos não têm outro remédio, senão apoiar a Doutora Assunção Cristas! Desta vez é que vai mesmo ter que ser!", mas depois ouvi as outras intervenções, quer sobre esta matéria quer sob o Ponto da SRU, das intervenções do CDS e desenganei-me. De facto, os restantes partidos da direita também não estão melhores nesse aspeto, porque também acabam por pontuar as suas intervenções com essas ideias, igualmente demagógicas. Defendem o contrário daquilo que apoiam noutros sítios nos últimos 18 anos, ignoram propostas que já funcionam há três e quatro anos, demonstrando que não as leram. E, portanto, sinceramente, nós esperamos uma oposição melhor, uma oposição mais séria, porque para quem está a exercer o poder é bom ter uma oposição, relevante, construtiva e, que não procure apenas e só fazer números políticos. Porque nós estamos disponíveis para debater todas as matérias e estamos disponíveis para todo o debate e todo o escrutínio, mas não estamos disponíveis para alimentar números políticos, na espuma dos dias, que de relevância e substância valem zero Senhoras e Senhores Deputados! -----

---- Porque vamos àquilo que são as matérias que estão aqui em cima da Mesa. Declarações de ex-autarcas, ex-vereador, Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva, eu sei pelas intervenções, que não se deram nesse trabalho, mas vão ler as Atas das Comissões, vão ler a documentação, vão ler as declarações à imprensa, vão ler as Atas do Plenário. -----

----- Não há aqui nada de novo, em relação àquilo que o Senhor ex-autarca Fernando Nunes da Silva disse!... -----

----- E quase a terminar Senhora Presidente.-----

-----Não há nada de novo naquilo que nós discordamos e naquilo que concordamos, que é, ele tem uma opinião que nós discordamos, que a Câmara devia ter dito que daqui a não sei quanto tempo ia fazer alguma coisa, nós discordamos e, também naquilo que não é verdade, não houve venda de terrenos a um euro, porque omite 17 milhões de dívida, e não havendo ao BES, houve a um consórcio em que o BES só tinha 10 por cento. -----

----- Termino Senhora Presidente dizendo algo, que também já foi aqui referido, sobre as outras matérias, é que no que diz respeito ao Ministério Público, fomos nós que propusemos, fui eu que propus, enquanto Relator desta Proposta e, depois foi subscrito pela Comissão, pela Mesa e pelo Plenário o envio, fomos nós e há uma deliberação para a Conferência de Representantes continuar a acompanhar esta matéria e, portanto, nós recebemos toda a informação, mas o Ministério Público é livre de reabrir os processos, que nos comunicou que arquivou. -----

---- Termino também dizendo duas outras matérias, fomos nós que alterámos as propostas e fizemos o escrutínio, fomos nós que propusemos que as Comissões continuassem a acompanhar essa matéria, fomos nós que propusemos um processo de contraordenação, fomos nós propusemos o inquérito externo que foi feito. E termino dizendo, Senhora Presidente, que nós achamos um desrespeito que as deliberações do Partido Ecologista "Os Verdes" e todas as outras, que já dão competência à 3ª.

Comissão, para continuar a acompanhar estas matérias, sejam aqui ignoradas como algo que é novo e, portanto, nós vamos votar contra, mas apareçam na 3ª Comissão, que nós lá estaremos para debater na substância todas estas matérias. Muito obrigado”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Patrocínio**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton, do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, tenho enorme apreço pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, como ele sabe, mas custa-me sempre vê-lo pregar algo e praticar o seu oposto! Será significativo recordar que, da próxima vez que a Senhora Presidente estiver a ser substituída pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, que não há, obviamente, depois cortes de tempo, porque foi um minuto e meio para além do seu tempo! Mas nós gostamos muito de o ouvir! -----

----- O Senhor Vice-Presidente gosta muito de ir buscar outros exemplos, e ir ao *benchmark*, então Senhor Vice-Presidente, fixe-se neste *benchmark* que eu lhe vou dar agora, neste bom exemplo, e também para o Senhor Rui Paulo Figueiredo, que fala da falta de conteúdo, vou-lhe dar aqui uma mensagem de enorme conteúdo, Vossa Excelência está distraído. -----

----- Durante o ano de 2006 começaram a surgir várias denúncias sobre processos urbanísticos na Câmara Municipal de Lisboa. Algumas apresentadas pelo então, e ainda, Vereador José Sá Fernandes, no final desse ano Carmona Rodrigues, Presidente da Câmara eleito pelo Partido Social Democrata, solicitou à Procuradoria-Geral da República uma sindicância aos seus Serviços de Urbanismo. Essa sindicância tinha como base a profunda convicção de que o clima de suspeição sobre a principal ferramenta de ordenamento da cidade, não poderia persistir, sujeitando todos a uma cabal e exaustiva avaliação administrativa, isto para conteúdos, um ano depois a sindicância estava concluída e foi possível restaurar a paz reputacional dos Serviços Urbanísticos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Recorde as palavras do próprio Carmona Rodrigues, quando afirmou, “não era só apurar coisas do passado que pudessem enfermar de alguma incorreção e inconformidade, mas que também funcionasse de forma pedagógica”, deixando ainda uma mensagem de esperança para o futuro, dizendo “Estou confiante que no futuro vão diminuir os casos de suspeição e de dúvidas.” -----

----- Sete anos depois voltava o clima de suspeição, as denúncias, os conflitos e nele temos continuado nos últimos três.-----

----- Também um Vereador agora juntou as vozes às denúncias, o Vereador Nunes da Silva, desta vez Sá Fernandes não denuncia nada! Deve achar que está tudo bem, antes é que estava mal!-----

----- Esta não é só uma matéria que deve visar a boa imagem dos Serviços de Urbanismo e da própria Vereação, mas sim demonstrar cabalmente onde podem existir falhas e que a própria Câmara Municipal de Lisboa está atenta às denúncias feitas pelos seus cidadãos. -----

----- Todas as semanas vemos notícias com casos onde se acusam os Serviços de Urbanismo de violar regras, de se adaptar a conivências. Isto não pode, não deve continuar. Não se trata apenas e só do clima de desconfiança nos serviços municipais que afeta os decisores, dirigentes e funcionários, mas também no potencial de litígio jurídico que poderá vir a originar avultadas indemnizações futuras, condicionando a gestão financeira do próprio Município. -----

----- Carmona Rodrigues deu um bom exemplo na gestão autárquica, se existem ferramentas rápidas para analisar estas situações, então deve caber ao executivo que mereceu a confiança dos lisboetas, em as ativar. O PSD entende aqui que este executivo deve mandar a mesmíssima mensagem de transparência e confiança aos lisboetas, não pode este executivo continuar a ignorar este clima, quando tem esta ferramenta. -----

----- Por isso hoje, o PSD vem incentivar o executivo a fazer o mesmo que fez Carmona Rodrigues, a ter a iniciativa de enviar uma mensagem aos lisboetas de que Fernando Medina não hesita, porque essa sindicância irá terminar com esses erros e, assim devolver o clima de confiança a este executivo. -----

----- O PSD hoje vem aqui incentivar, sem esconder que entende que Fernando Medida já o deveria ter feito, mas confiante que o Presidente da Câmara e o Partido Socialista querem recuperar a reputação perdida do Urbanismo em Lisboa, e dizer a potenciais investidores, que Lisboa não é a América Latina dos anos 60. E a razão pela qual o PSD optou por este modelo, e não por um modelo semelhante ao hoje aqui apresentado pelas duas moedas do mesmo bloco, é porque este caminho já foi trilhado no passado. Em primeiro lugar, porque os blocos pretendem é um reforço da fiscalização política e o que o PSD pretende é uma fiscalização jurídico/administrativa, em primeiro lugar, porque esta Assembleias já optou por caminhos diferentes, alternativos, iguais a este no passado, e o resultado foi claro, no mandato anterior proposta esta solução para reforçar a fiscalização do que se passava na 2ª Circular. Resultado, nenhum! -----

----- Houve uma sessão que durou vinte minutos e saiu tudo como entrou, nem sequer ausência do PSD dessa sessão trouxe mais resultados, ou então, se calhar, por causa da ausência do PSD dessa sessão não tivemos mais resultados! De qualquer das formas, nada aconteceu! -----

----- Sobre matérias relacionadas com o Edifício da Fontes Pereira de Melo, anuímos todos a uma boa sugestão da intervenção política feita pela Senhora Deputada Helena Roseta, por estar bem-intencionada e, certamente, acabou por sentir a mesma frustração que todos nós, na altura pelo envio incompleto de alguma documentação por parte da própria Câmara. -----

----- Ainda recentemente, optou-se por um grupo de trabalho em alternativa a uma Comissão Eventual para o acompanhamento de Entrecampos, recusaram a proposta

do PSD, porque entendiam que um grupo de trabalho seria mais ágil pela sua informalidade. Quantas vezes reuniram? Pois, uma! -----

----- Senhoras e Senhores Deputados apresentamos, não acompanhamos, as propostas dos blocos, porque entendemos que estamos para lá de um reforço da fiscalização política, é tempo de enviar uma mensagem clara de apuramento, não é tempo de andarmos aqui a brincar às comissões, só para tentar diluir a importância do que se está a passar. -----

----- Isto Senhoras e Senhores Deputados é conteúdo, isto Senhores e Senhoras Deputadas é para quem gosta muito, como o Partido Socialista, de ir buscar exemplos do passado, que têm aqui a oportunidade de ir buscar um exemplo do passado, e até vos damos mais uma, vão buscar um exemplo do passado, mas não têm que apanhar nem A5 nem a A1, nem a A2, é aqui mesmo de Lisboa, um bom exemplo do passado de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, temos agora aqui uma pequena questão que eu vos queria colocar e que é a seguinte: a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda deu entrada, portanto, porque já estava agendado este Ponto, os meus Serviços chamaram-me a atenção esta manhã, que a Proposta de Deliberação não tinha cabimento regimental, porque o Regimento o que prevê é a possibilidade de apresentar propostas de recomendação para a Ordem do Dia, mas não deliberações. -----

----- Na prática é uma deliberação só de funcionamento interno, não é nenhuma deliberação com eficácia externa, é uma deliberação de funcionamento interno. Portanto, eu entendi que isto é uma simples deliberação de encaminhamento, fazia sentido, até podia ser apresentada aqui no decurso dos trabalhos, que ela podia ser aceite e admitia, e ia fazer esta explicação no início da discussão deste tema e com esta movimentação aqui na Mesa escapou-me, e peço desculpa por isso.-----

----- Mas pergunto agora se alguém se opõe a que a Proposta do Bloco de Esquerda seja, naturalmente, votada hoje, porque ela tem estado a ser discutida. -----

----- Não havendo oposição, isto significa que o Bloco de Esquerda deveria ter tido os dois minutos para fazer a apresentação sobre a proposta e agora a apresentação e discussão da mesma. Já pedi desculpa ao Bloco de Esquerda deste meu lapso e tenho informação que irão fazer as duas coisas numa só informação e que, provavelmente nem gastarão o tempo todo, mas apenas para não ficarem prejudicados. -----

----- Façam o favor, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Ricardo Moreira.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, não há problema nenhum. -----

----- Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Compete à Assembleia Municipal a fiscalização da ação da Câmara Municipal, é essa a responsabilidade que os lisboetas nos deram e, como disse o Deputado Municipal Manuel Lage, nós confiamos todos na capacidade fiscalizadora da Assembleia Municipal. Se há dúvidas, se há questões, essas dúvidas e essas questões



têm de ser levantadas pela Assembleia Municipal, é a nós que compete levantar essas dúvidas e essas questões, é nossa responsabilidade. -----

----- Se há dúvidas das decisões da Câmara, e há, então a única forma, como em tudo, de resolver as dúvidas é através de transparência. Será um exercício de transparência abrir os livros sobre as questões da Torre de Picoas, sobre as questões do BES, do Senhor Armando Martins, sobre as questões do PDM de 2012, sobre as questões de invasão do espaço público pela obra. Será um exercício de transparência abrir os livros sobre a expansão do Hospital da Luz, sobre a perda do Quartel de Bombeiros, sobre o desrespeito das regras urbanísticas, nesse caso, será um exercício de transparência saber e abrir os livros sobre o terreno do Triângulo Dourado vendido ao grupo Mello. -----

----- Queremos esclarecer, não nos interessa nenhum exercício de *voyeurismo*, não nos interessam nenhuns ajustes de contas entre Vereadores da antiga maioria, não nos interessa nenhuma querela. Interessa-nos a transparência, fomos eleitos para tal, transparência, responsabilidade, fiscalização, essa é competência da Assembleia Municipal e, por isso, desafiamos a Câmara, para que delegue sobre a 3ª Comissão a elaboração desse relatório, se a Câmara considerar que é na 3ª Comissão que esses relatórios devem ser solicitados, muito bem, então aí estaremos também para o solicitar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Não usou sequer o seu tempo de debate, utilizou apenas o tempo da apresentação, mas teve essa oportunidade.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os munícipes e os Grupos Municipais depararam-se recentemente com um conjunto de afirmações proferidas na comunicação social sobre a actuação da Câmara Municipal de Lisboa e dos serviços tutelados pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que poderão pôr em causa a sua isenção e a do departamento que superintende. -----

----- O PEV considera por isso necessária a devida esclarecimento dos factos aí reportados. Nada, aliás, que Os Verdes não tenham alertado ao longo do anterior e do actual mandato aquando das deliberações em algumas propostas, sobre as quais, na altura, apresentámos diversas reservas e apreensões, quer em plenário, quer através de requerimentos, concretizando o papel fiscalizador enquanto eleitos nesta Assembleia. -

----- Desde um conjunto de operações imobiliárias resultantes da aprovação de vários Planos de Urbanização e de Pormenor servirem os grandes negócios imobiliários e não acautelaram o interesse público e a qualidade de vida dos lisboetas ou até por nem sempre respeitarem o PDM. -----

----- Desde a autorização prévia aos famosos PIP para a Colina de Santana ao desmantelamento do antigo Quartel e Museu do Regimento Sapadores Bombeiros ao Grupo Espírito Santo Saúde, para ampliação do Hospital. -----

----- Desde a alienação da parcela de terreno municipal conhecida por ‘triângulo dourado’ ao Grupo José de Mello Saúde, e que implicou a deslocalização dos trabalhadores e serviços municipais ali existentes para cinco fracções do Edifício Entreposto, com custos para o Município na ordem dos 17 milhões de euros por um período de 5 anos.-----

----- Desde o mal esclarecido caso da Torre das Picoas, onde foram viabilizadas obras em terrenos municipais, tendo o PEV recomendado um inquérito para a aclaração do cumprimento ou não dos procedimentos administrativos aplicáveis durante o processo de licenciamento. -----

----- E logo veremos o que ainda nos poderão reservar tanto o edifício do Rato, como o Plano de Pormenor da Matinha, adjudicado à Risco, e o empreendimento previsto para Braço de Prata, a nível dos seus impactos ambientais. -----

----- E, sobre todos estes assuntos e com as dúvidas que foram levantadas, deixámos bem expressa a nossa posição neste plenário. -----

----- Agora, e acima de tudo, é necessário garantir que há rigor e transparência nas políticas municipais, que o interesse público não é prejudicado e que todos os esclarecimentos são devidamente prestados. -----

----- Quanto ao pedido de sindicância, lembramos que a Lei nº 27/96, de 1/8, estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas, bem como o respectivo regime sancionatório. Esta tutela exerce-se através da realização de inspecções, inquéritos e sindicâncias, que consistem numa indagação aos serviços quando existam sérios indícios de ilegalidades de actos de órgãos e serviços que, pelo seu volume e gravidade, não devam ser averiguados no âmbito de inquérito. -----

----- Porém, como os inquéritos e as sindicâncias são determinados pelo competente membro do Governo, sempre que se verifiquem os pressupostos da sua realização, não concordamos totalmente com a proposta do PSD, a qual devia requerer que a Câmara Municipal de Lisboa, em vez de a realizar em causa própria, a propusesse à tutela competente.-----

----- No entanto, parecem-nos pertinentes as audições sugeridas nas restantes propostas, bem como a elaboração de um relatório pela 3ª Comissão desta Assembleia Municipal de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Penso que temos uma última intervenção, não, temos duas, a intervenção do Senhor Deputado Municipal Rui Costa, que tem 43 segundos e uma intervenção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Feito este debate queria deixar três notas. A primeira nota é uma nota de artista, não adianta vir-se aqui propor uma sindicância nesses termos, aliás, para mais revendo-me completamente nas declarações proferidas pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, mas quero dizer mais, nem tudo está perdido para o PSD, porque já se percebeu que esta deliberação vai ser chumbada! Podem sempre e exorto-vos a isso, se tiverem para tal suficiente engenho e arte, para apresentarem a denúncia nos serviços competentes, que é na Inspeção-Geral de Finanças, que já agora até recebe denúncias.-----

----- Para finalizar, e em relação às audições que são requeridas, eu não abdicarei nesta Assembleia, e durante este mandato, de exercer a fiscalização da atividade do executivo e se isso se baralha com processos judiciais, eu não sei que processos judiciais são, portanto, e quem aqui está a falar em segredo de justiça, eu não conheço processo nenhum nesta matéria, os que conheço foram todos arquivados. Não conheço e, portanto, se ainda conhecesse sempre se poderia fazer. Muito Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, é um pouco irritante, eu ter que estar sempre a carregar no botão no final do tempo, mas tenho que o fazer mesmo quando os tempos são curtos, muito bem.-----

----- Neste momento eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhor Vereador Duarte Cordeiro.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Em primeiro lugar, eu queria referir que toda esta discussão me faz lembrar algo que já todos nós vivemos um pouco, que é quando temos nas redes sociais, não vou fazer nenhuma referência a uma rede social, para não estar a promover, em particular uma rede social, nós, por vezes, vemos alguém a partilhar uma notícia, uma notícia bombástica, nós abrimos essa notícia e esta notícia é de há 10 anos atrás!-----

----- E depois, perante isto há dois tipos de atitudes, aqueles que sabendo que a notícia é de há 10 anos atrás, ainda assim não resistem em reencaminhá-la, e aqueles que percebendo que a notícia é de há 10 anos atrás, apagam a notícia.-----

----- Este é o primeiro registo que eu tenho em relação a esta matéria! É que nós estamos a discutir todos os pressupostos que estão na base desta discussão, é uma entrevista de um ex-vereador, de um ex-deputado municipal, que pôde no exercício das suas funções dizer tudo o que lhe apeteceu, mas na realidade não traz um facto novo à discussão.-----

----- Aliás, a Senhora Presidente a primeira coisa que fez quando começámos esta discussão, foi fazer o relato de tudo o que a Assembleia Municipal já fez em relação a esta matéria, não há um facto novo! Isto não são *Fake News*, são *Old News*!-----

----- Em segundo lugar o sentimento que nós temos de estarmos perante uma cena numa peça de teatro, houve uma primeira cena, um primeiro ato, onde há uma denúncia ao Ministério Público, ao segundo ato onde se pergunta ao Ministério Público se se está a investigar aquela denúncia? Pois bem, é a obrigação do Ministério

Público de no fundo investigar as denúncias! O terceiro ato é comunicar, fazer uma notícia a dizer “Ministério Público está a investigar aquela denúncia”, depois temos o quarto ato, que é vir aos Órgãos da Câmara Municipal de Lisboa dizer, “porque temos a confirmação de que o Ministério Público está a investigar esta denúncia, vamos fazer o apuramento da verdade”, e é aqui que nós estamos! Na cena, nesta cena, desta peça de teatro! -----

----- Isto é um número político e nós temos que tratar como tal, é um número político e nós temos que o tratar como tal, é esse o nosso papel enquanto executivo da Câmara é denunciar esse número político e trata-lo como tal. -----

----- No nosso entender, a disponibilidade para ser ouvida em matérias de urbanismo é total, aliás, eu tenho aqui o Regimento da Assembleia Municipal que permite, sem qualquer deliberação que a Comissão Permanente que tem responsabilidade sobre esta matéria convide o Senhor Vereador Manuel Salgado, para ser ouvido sobre esta matéria. Mas mais tem a possibilidade também se quiser, convidar a participação de uma personalidade que não necessariamente um cidadão, que dê contributos em relação a esta matéria, e eu pergunto-me: Alguém fez esse convite ao Senhor Vereador Manuel Salgado? Alguém fez esse convite? É que se fizesse, o Senhor Vereador Manuel Salgado imediatamente dizia que viria à Assembleia Municipal, e o Senhor Vereador Manuel Salgado virá à Assembleia Municipal, assim que lhe façam esse convite. -----

----- Agora aquilo que está em discussão hoje é um número político e os números políticos devem ser denunciados e tratados como tal, a Assembleia Municipal quer ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado, ele está totalmente disponível para falar quando os Senhores Deputados assim o quiserem! E mais, em relação a esta entrevista serão denunciadas todas as mentiras associadas à mesma entrevista, não traz factos novos e a Câmara responderá, e o Senhor Vereador Manuel Salgado responderão. Em relação a esta matéria parece-nos, claramente, que esta é uma peça promovida por uma direita sem ideias para a cidade de Lisboa, mas também, infelizmente, com outros protagonistas que nós não temos a certeza se são atores se são figurantes. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, queria informar que há aqui uma chamada. O PSD o que é que quer? O Senhor Deputado Luís Newton quer usar da palavra, tem dez segundos.---

----- Não percebo, quer fazer uma interpelação à Mesa? Faz do seu lugar se faz favor, quer os dez segundos, faz favor. -----

----- O Senhor Deputado informa que tem tempo cedido pelo PPM, é um terço do tempo remanescente, portanto, são vinte e cinco segundos, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, não demorarei muito tempo. Só para dizer que de facto estamos perante uma tentativa de construção cénica e estamos, nomeadamente, por aqui uma vaga de fundo artística de alguns Deputados também. -----

----- Dar-lhe nota do seguinte, de forma muito clara, estão a querer reduzir isto a uma entrevista, a proposta de sindicância não reflete apenas uma entrevista, estão a falar sobre a fiscalização da 3ª. Comissão, a proposta da sindicância tem em conta os vários casos e petições que têm surgido ultimamente na 3ª. Comissão. -----

----- É tão-somente isto Senhora Presidente! E a questão que se coloca aqui no final do dia é se a fiscalização não funciona em matérias do ponto de vista daquilo que é a reconquista de confiança, por parte dos lisboetas, no funcionamento dos seus serviços de urbanismo, então nós devemos usar os exemplos daqueles que fizeram, e não temeram fazer uso de ferramentas. E nós não estamos a pedir à Câmara que se fiscalize a ela própria, isto é ridículo. Ouvir um deputado formado em direito dizer uma coisa destas, nós estamos a pedir à Câmara o que no passado foi feito, Senhora Presidente, para terminar, que solicite a uma entidade externa, essa mesma fiscalização. Quem sabe do que fala não diz tamanho disparate. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Bem, Senhores Deputados, chegámos ao momento do exercício do nosso poder de deliberação e vamos se passar às Propostas que foram apresentadas, pela ordem como elas foram apresentadas.-----

----- Portanto, a primeira é a Proposta do Senhor Deputado Rui Costa. -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO DM RUI COSTA (IND) – “ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ACTUAÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL SALGADO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- A Proposta tem os votos contra de 8 Deputados Independentes e do Partido Socialista, não tem abstenções, tem os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV e PPM. **A Proposta foi rejeitada.**-----

----- Vamos passar agora à votação da Proposta de Deliberação do PSD, a 009/PSD 2018. -----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 009/PSD/2018 RELATIVA A SINDICÂNCIA AOS SERVICOS TUTELADOS PELO VEREADOR MANUEL SALGADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO;**-----

----- Votos contra dos mesmos 8 Senhores Deputados Independentes e do Partido Socialista, abstenção dos senhores Deputados do BE, PEV, PCP e o Senhor Deputado Independente Rui Costa, votos favoráveis do PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PPM. **A Proposta foi rejeitada.** -----

----- Vamos pôr agora à votação a Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda. ----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA - QUE A SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA SOLICITE À 3ª. COMISSÃO A ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO, NO PRAZO DE 3 MESES, SOBRE ESTA DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL;**--

----- Votos contra do PS e 5 IND, votos de abstenção da Presidente, PSD, CDS-PP, PPM e MPT, votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV e 2 IND. **A proposta foi rejeitada.** -----

----- **O Grupo Municipal dos Independentes, Cidadãos Por Lisboa** apresentaram, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- - *Proposta de Deliberação do DM Rui Costa (IND) “Acompanhamento e fiscalização da atuação do Senhor Vereador Manuel Salgado”;* -----

----- - *Proposta de Deliberação 009/PSD/2018 relativa a sindicância aos serviços tutelados pelo vereador Manuel Salgado;* -----

----- - *Proposta de Deliberação 001/BE/2018 relativa à elaboração de um relatório pela 3.ª Comissão;* -----

----- *Considerando as propostas acima referenciadas, relativas a elementos enunciados em artigos publicados sobre práticas urbanísticas na cidade de Lisboa, os Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa rejeitam este tipo de procedimentos, por considerarem que se deverá respeitar o segredo de justiça bem como a investigação decorrente nas devidas instâncias legais. Ficaremos por isso a aguardar as conclusões que, em devido tempo, vierem a ser comunicadas pelo Ministério Público.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados agora que terminámos as votações e que eu já não interfiro no resultado das mesmas, com a minha intervenção, quero informar os Senhores Deputados que irei eu própria tomar a iniciativa de enviar ao Ministério Público, para os efeitos que entender convenientes, não só a entrevista do Senhor ex-Vereador, que foi aqui muito citada, mas também o Excerto deste ponto da nossa Ordem de Trabalhos, pode ser útil, é isso que devo fazer, com as Propostas que foram apresentadas, com as votações que incidiram sobre elas, com os argumentos que foram aqui aduzidos e o Ministério Público entenderá se há ou não há matéria nova, tem poderes para isso, tem competências para isso, e é isso que devo fazer! Muito obrigada. -----

----- Terminada esta parte dos nossos Trabalhos cabe-nos agora apreciar um Voto apresentado pelo Bloco de Esquerda de Mobilização Nacional de Luta Contra o Racismo 2018.” -----

----- **PONTO 9- APRECIACÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO 036/01(BE) - “MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE LUTA CONTRA O RACISMO 2018”, NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 47.º E DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, AMBOS DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- (O Voto de Saudação 036/01 (BE) fica anexada à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “ Este Voto era para ter sido visto na outra Sessão, porque era em cima de uma mobilização, mas em todo o caso a matéria mantém-se, naturalmente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Beatriz Dias, do BE.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Dias (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Eu vou apresentar o Voto de Saudação relativo à Mobilização Nacional de Luta Contra o Racismo 2018. -----

----- Milhares de pessoas concentraram-se, no passado sábado, dia 15 de Setembro, no Largo de São Domingos, em Lisboa, para se manifestarem contra o racismo. A iniciativa, convocada por 60 organizações, apelou à mobilização contra a discriminação racial e violência policial contra afrodescendentes, ciganos e imigrantes em Portugal. Iniciativas idênticas ocorreram nas cidades de Braga e Porto;-----

----- O racismo em Portugal é estrutural e sistémico, está impregnado nas instituições. Produz e reproduz desigualdades que mantêm homens e mulheres, jovens e crianças em situações de desvantagem e exclusão social, impedindo o acesso a direitos básicos previstos na Constituição; -----

----- Nos bairros com forte presença de afrodescendentes o quotidiano é marcado pela violência e brutalidade policial, por práticas reiteradas de identificação discriminatória com base nas características étnico-raciais (“*racial profiling*”) e pela criminalização da população. São verdadeiros territórios de excepção, onde a lei que rege a restante sociedade parece não se aplicar, onde os residentes parecem não ter os mesmos direitos, liberdades e garantias reconhecidos pela Constituição a todos os cidadãos e cidadãs;-----

----- A violência policial, porém, é apenas uma das muitas faces da discriminação de que estas pessoas e comunidades são alvo: -----

----- Numerosos/as africanos/as e afrodescendentes, que limpam e constroem a cidade muitas vezes explorados/as e sem direitos, assistem impotentes à demolição dos seus lares, sem que sejam garantidas alternativas de alojamento; -----

----- Excluídos do tecido social nacional, empurrados para as periferias das cidades, colocados em territórios onde a ausência do Estado, a carência de serviços como transportes, centros de saúde e escola contrasta com a forte e robusta presença da polícia que as vigia e reprime; -----

----- Assiste-se a uma sobre representação de negros e negras no sistema prisional. Existe uma justiça para os portugueses brancos e outra para aqueles que são considerados “os outros”;-----

----- O peso do preconceito desequilibra a balança da justiça. Este viés étnico-racial leva à aplicação de penas mais pesadas e maiores taxas de encarceramento para cidadãos africanos e afrodescendentes;-----

----- As maiores taxas de retenção e o encaminhamento para vias profissionalizantes e menor acesso ao ensino superior dos jovens estudantes das comunidades racializadas, estreitam as possibilidades de um percurso académico que promova a mobilidade social e a superação das desigualdades. -----

----- O racismo mata. O racismo é um crime contra a dignidade, a liberdade e humanidade de milhares de pessoas, que são privadas do direito de conceber e experienciar as múltiplas possibilidades do ser;-----

----- O número de queixas de racismo e xenofobia aumentou em 2017. No entanto, este aumento não foi acompanhado pelo aumento do número de condenações; -----

----- Em 12 anos (entre 2005 e 2017) a Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial (CICDR) proferiu apenas 23 condenações num universo de 1057 queixas, o que corresponde a 2% de condenações; -----

----- O modelo contraordenacional da lei de combate à discriminação é ineficaz. O racismo deve ser criminalizado; -----

----- É urgente a adoção de políticas públicas efetivas e robustas de combate à discriminação racial, que libertem as comunidades afrodescendentes e africanas da violência e opressão a que se encontram sujeitas. Que garantam liberdade, dignidade e justiça; -----

----- Saudamos as Associações e Coletivos que convocaram e organizaram esta Concentração, ao ocupar o espaço público, criando um espaço de escuta para vozes que são quotidianamente silenciadas e invisibilizadas, contribuíram para expor a falácia da sociedade não racista, cega às cores, e contrariar a propalada narrativa que exalta os sucessos da integração em Portugal.-----

----- Está em marcha um movimento de questionamento, aprofundamento e democratização do debate sobre o racismo em Portugal que não pode ser travado. -----

----- Aplaudimos todas as pessoas que tornaram possível, com a sua participação, esta mobilização histórica, afirmando de uma forma inequívoca o compromisso com a luta contra o racismo. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais.-----

----- O voto de saudação que o Bloco de Esquerda traz hoje a este plenário é a todos os títulos um voto lamentável e é lamentável, porque, desde logo, o Bloco de Esquerda utilizam tema sério e sensível para fazer politiquice.-----

----- Para o Bloco de Esquerda, as instituições portuguesas estão impregnadas de racismo. Ao lermos este voto ficamos a saber que, quando o Bloco de Esquerda olha para as forças de segurança só vê brutalidade e repressão, só faltando apelidar de carrascos os agentes da autoridade. -----

----- Ao lermos este voto, ficamos a saber que quando o Bloco de Esquerda olha para o sistema judicial sé vê parcialidade e perseguição, dizendo até que existe uma justiça para os portugueses brancos e “outra para os outros”, fim de citação.-----



----- Num ataque que é lamentável a todos os atores do nosso sistema de justiça, não Senhores Deputados do Bloco de Esquerda, em política não pode valer tudo, o vosso texto só pode merecer o mais vivo repúdio da nossa parte, mas por sermos racistas, porque não o somos, mas, por que não subscrevemos e não apoiamos a vossa agenda subversiva que visa pôr em causa os alicerces da nossa sociedade e do Estado de direito democrático tal qual o conhecemos! Não embarcamos nesses votos panfletários!-----

----- Senhora Presidente e Senhores Deputados, não devemos tomar a parte pelo todo, não devemos confundir a árvore com a floresta, existirão episódios de racismo, existirão com certeza, negá-los é enterrar a cabeça na areia como faz a avestruz! Não o negamos, são situações que acontecem, mas não podemos a propósito destes episódios insultar a generalidade das forças de segurança ou pôr em causa o próprio sistema judicial da forma irresponsável como o Bloco de Esquerda o procura fazer neste texto. -----

----- Textos como este não contribuem em nada para a resolução do problema, bem pelo contrário, textos como este criam mais divisão, em vez de fomentar a integração. Textos põem em causa a coesão nacional que todos somos, supostos, defender e proteger.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa, do CDS.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, peço desculpa, as pessoas têm o direito de pedir a Defesa da Honra e não é matéria de gargalhada, peço desculpa, mas aqui vamos respeitarmos. O Senhor Deputado Ricardo Moreira pediu para a Defesa da Honra, tem três minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----

----- “Senhores Deputados, queríamos apenas esclarecer que da parte do Bloco de Esquerda não confundimos nada com nada, no entanto na próxima Reunião teremos gosto em distribuir a todas as Bancadas, e também à sua bancada, os dados estatísticos que comprovam aquilo que dissemos na nossa intervenção. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado, já está no púlpito o Senhor Deputado que vai usar da palavra, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, demais Deputados, Público presente.-----

----- Sobre a questão em apreço eu diria que temos aqui três notas, é óbvio que reconhecemos que existem casos, que existem situações de xenofobia e de racismo em Portugal, que merecem sem dúvida alguma, a nossa total e mais profunda condenação e repúdio e, por isso, a primeira nota que o CDS estará sempre, mas sempre, na linha da frente no combate à discriminação ao racismo, à discriminação racial de credos religiosos, de género, o que for, mas fazê-lo de uma forma séria, sem demagogias e sem populismos, porque para estar atentos e podermos de alguma forma ser impactantes nessa mesma forma de estar, achamos que com populismos não ajudamos em nada, um tema tão sensível, mas o Bloco de Esquerda vem dizer precisamente que o racismo em Portugal é sistémico e que está impregnado nas instituições!-----

----- Eu lamento desiludir-vos mas Portugal, Portugal não é racista! Existem situações, é verdade, é certo, que merecem a nossa condenação, mas isso não faz com que as entidades públicas e privadas sejam racistas ou xenófobas, uma árvore não faz a floresta! Portugal, exemplo de tolerância, de integração, de acolhimento não pode servir apenas para interesses partidários, ser pintado, apelidado de racista.-----

----- O CDS enquanto partido institucionalista, confia nas instituições, nas forças de segurança que servem todos os dias sem olhar à cor, aos professores que todos os dias também combatem a discriminação, a Polícia, a Polícia Judiciária, os funcionários públicos em geral, os privados que sistematicamente tem ações para combater a discriminação, isto é fácil de entender, mas se não é fácil de entender eu explico, não é por alguns, ou apenas alguns elementos do Bloco de Esquerda saírem aos gritos por essa rua fora e “manifes” sobre habitação, defendendo que Lisboa é nossa e não queremos cá estrangeiros, e dizendo até que os estrangeiros não são bem-vindos, que isso faz do Bloco de Esquerda um partido racista ou xenófobo, não faz meus senhores, o Bloco de Esquerda não é um partido racista, podia ser mas não é!-----

----- Aos olhos do Bloco, o Bloco de Esquerda seria xenófobo, certamente, mas não o é e Portugal vai pela mesma, não é por alguns casos que, de repente, todas as instituições são apelidadas de racistas, mas já nos habituaram, é como no Museu das Descobertas, tristes atitudes passadas não devem apagar a história ou envergonhar-nos dos mundos que nós demos ao Mundo e, por isso é que nós não compreendemos essa questão toda relativamente ao Museu das Descobertas, como não entendemos esta esta posição relativamente ao racismo.-----

----- Eu termino reforçando que qualquer caso de xenofobia, qualquer caso de racismo, discriminação racial, religiosa, de género, seja em situação laboral, seja nos serviços públicos, seja no privado, merecerá o nosso total repúdio e combate. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão, do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs.-----

----- A luta contra o racismo é um combate em que o Partido Socialista estará sempre empenhado e votaremos naturalmente a favor do voto apresentado.-----

----- A nossa atitude contra o racismo só pode ser uma - tolerância zero.-----

----- Como se proclama no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.-----

----- Como escreveu o escritor moçambicano Mia Couto “Cada pessoa é uma humanidade individual”. Somos todos membros com igual dignidade do género humano.-----

----- Tudo o que represente discriminação, nomeadamente, em razão da raça, da origem étnica, tem de ser combatido e esse combate passa necessariamente por dar voz às vítimas, sejam elas portugueses negros, afrodescendentes, ciganos, judeus, muçulmanos, estrangeiros, de qualquer nacionalidade ou origem étnica.-----

----- Somos sensíveis às preocupações manifestadas nos considerandos do voto relativamente ao funcionamento da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). A ação desta Comissão terá de demonstrar que as recentes alterações legislativas, a dotaram de eficácia no tratamento das queixas que recebe, sob pena de ter de ser repensado o modelo de combate ao racismo. Isto não significa que subscrevamos a totalidade da análise que é feita nos considerandos, mas que não pode ser generalizada ao conjunto dos bairros com população de origem africana.-----

----- Não devemos ignorar que contra o racismo, o antirracismo é necessário, mas não é suficiente. É necessário, em simultâneo, lutar por uma sociedade socialmente mais igualitária para todos.-----

----- Numa sociedade desigual, com pobres e excluídos, a luta contra o racismo é imprescindível, mas a sua eficácia será sempre mais limitada e poderá ter de confrontar-se com reações de cariz populista. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções neste ponto, pelo que chegou a altura de votarmos o Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, que é o Voto 036/01, que já foi aqui apresentado e discutido e que tem como título Mobilização Nacional de Luta Contra o Racismo 2018.-----

----- **Voto de Saudação nº. 036/01 (BE)**, não tem votos contra, votos de abstenção do PSD, PPM, MPT e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Voto de Saudação nº. 036/01 (BE) foi aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados vamos entrar agora no Ponto 10 da nossa Ordem de Trabalhos, é uma Proposta do PSD.”-----

**----- PONTO 10 - APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 008/PSD/2018, RELATIVA AOS SERVICOS DE HIGIENE URBANA (HU) NA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;-----**

----- (A Proposta de Deliberação do PSD fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “ O PSD tem a palavra para apresentar esta Proposta de Deliberação e há depois vários Senhores Deputados inscritos depois.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço então a fusão dos tempos, por favor. -----

----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia em Exercício, gosto muito de ver aí, é um sinal! Excelentíssimas Deputadas e Deputados Municipais, Excelentíssimos Vereadores. -----

----- A produção e acumulação de lixo na cidade de Lisboa tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos, desde 2010 que a Câmara Municipal de Lisboa tem visto dificuldade em modernizar o modelo de gestão de Higiene Urbana na cidade, e após as transferências de competências para as Freguesias, essas fragilidades ficaram ainda mais expostas. -----

----- E porquê? Em primeiro lugar porque não foi possível acompanhar a evolução da própria cidade, desde matérias relacionadas com o crescimento e a reorganização dos horários de restauração, comércio e serviços, deixando o sistema de recolha profundamente desadequado a essas necessidades. -----

----- Por exemplo, se um restante só servir almoços dificilmente irá ter funcionários nos horários de recolha do lixo para o depositarem na rua. Depois por uma outra evidência, que é o aumento da própria separação. -----

----- Ora, se a Câmara Municipal de Lisboa incentiva a separação, mas depois não recolhe atempadamente, duas situações resultarão, uma é o entupimento dos Ecopontos que origina a impossibilidade de as pessoas depositarem um local adequado, sabendo que sempre que as pessoas depositam resíduos não orgânicos fora dos contentores, a Câmara Municipal de Lisboa tem de os transformar em resíduos orgânicos, por causa da contaminação desse resíduo e do eventual prejuízo para o linha de triagem, isso é defraudar toda e qualquer campanha de sensibilização para a separação. -----

----- Em segundo lugar, a segunda situação, se a Câmara defrauda os cidadãos, a verdade é que a predisposição para separar resíduos ou para assegurar o depósito destes nos horários definidos, também pode cair, a tudo isto acrescentamos o enorme esforço que resultou da Reforma Administrativa, senão vejamos, os funcionários da Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, desde os Diretores Municipais às equipas nos postos, passando pelos Encarregados, foram durante anos os verdadeiros heróis, porque na ausência de um novo modelo de administração, e privados qualquer investimento adicional, foram minimizando o impacto da incapacidade em gerir este

problema deslocando meios e pessoas de um tipo de operações para outros, por exemplo, de uma lavagem ou varredura, para a recolha.-----

----- Ao fazê-lo minoravam o impacto nefasto da acumulação de lixo nas ruas, sabendo que cada saco de lixo que retiravam das ruas na recolha, era menos lixo espalhado para a varredura resultante de um mesmo saco rasgado. -----

----- Ora, a partir do momento em que esses meios e homens foram para as Juntas perderam essa agilidade. A partir do momento em que se separou a recolha de lixos disperso da gestão de varredura quebrou-se um mecanismo de serviços que mitigavam as falhas existentes na recolha. -----

----- Por isso também nós podemos voltar para o Vereador Vice-Presidente e pedir responsabilidades, que em boa-fé todos devemos partilhar, porque só pode ser responsabilizado aquele que não quer melhorar, e que as Juntas também podem ter um papel mais ativo, assim a Câmara o entenda. -----

----- As Juntas podem e devem ter a competência da recolha do lixo disperso, é que aqui Juntas e Câmara têm de remar em conjunto para o bem comum, limando arestas e acertando eficiências operacionais. Em suma, não se trata só de evoluir no modelo operacional, na modernização da Higiene Urbana e conseqüentemente, na adaptação do modelo e Regulamentos à realidade da Cidade do século XXI. -----

----- A Câmara tem de ter recolha todos os dias, a Câmara tem de adequar essa recolha às novas realidades das forças vivas da cidade que serve, mas também as Juntas podem receber mais competências da Câmara, porque a sua gestão de proximidade é a mais adequada para responder rapidamente à evolução da acumulação de lixo na cidade e para tudo isto todos temos de trabalhar em conjunto, porque há mais lixo na Cidade, e para tudo isto todos temos que caminhar em conjunto, porque há mais lixo na Cidade, e a responsabilidade em primeira instância será da Câmara, mas todos devemos ajudar a resolver, é nesse espírito que aqui apresentamos, nos apresentamos para esta discussão. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor deputado, vamos dar a palavra aos senhores deputados inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigado Senhora Presidente, esta matéria que a nível da discussão, não é novo nesta Assembleia Municipal, nós trouxemos logo no início da rentrée dos nossos trabalhos, aquando das declarações políticas, mas ela volta a ser um tema, porque é uma matéria de extrema importância, é um problema macro da nossa cidade, que teve maior intensidade ou visibilidade na chamada *silly season*.-----

----- Nós sabemos também que a Reforma Administrativa trouxe vários e novos desafios quer para a Câmara quer para as Juntas de Freguesia, trouxe mais

responsabilidade, mas nós sempre considerámos e alguns relatórios que aqui foram produzidos e votados, também demonstram que os meios sejam técnicos, sejam humanos, sejam financeiros foram em muitos casos insuficientes. -----

----- Portanto, nesse problema, nesta altura, quando falamos em lixo na cidade não falamos apenas das zonas históricas, como Senhor Vereador João Paulo Saraiva nos quer fazer crer, mas estamos a falar de uma abrangência já toda a cidade, nós dissemos que tínhamos que trazer aqui fotografias, quer de Carnide e do Lumiar, como podíamos trazer aqui fotografias de Marvila sobre aquilo que é lixo acumulado, em particular nesta altura de Verão e, portanto, nós entendemos que este é um problema, e repetindo, que este é um problema de toda a cidade, portanto não é um problema de esquerda ou de direita.-----

----- E, portanto, o CDS já falou aqui são várias Propostas, ou caminhos que entende que devem ser seguidos pela Câmara Municipal, achamos que, nomeadamente, é preciso consolidar o sistema de recolha durante o período do verão fizemos aqui Propostas, de há três anos para cá, como o PPM fez também, ainda neste ano, fizemos aqui Propostas para reforço da recolha dos resíduos sólidos, essa Proposta foi chumbada pelo PS e viu-se durante a época de verão, aquilo que foi a ausência de uma recolha efetiva e salubre na cidade de Lisboa.-----

----- Depois obviamente temos aqui outros desafios, que é uniformizar a colocação das eco-ilhas com aquilo que é a recolha seletiva porta-a-porta, mas disse são desafios que nós temos que encontrar soluções, e nós achamos que essas soluções lhes são devido uma nova abordagem do tema, tenha a Câmara abertura para isso. -----

----- Portanto, já foi anunciado, não é novidade, o CDS apresentará em breve um programa determinar, Lisboa Limpa, para fazer face a estes problemas e a uma nova abordagem dos problema na cidade, contudo e comentando aquilo que são as Propostas que o PSD hoje aqui apresenta, e que entende também como um contributo para esta resolução, nós achamos que deve haver uma reavaliação dos meios humanos, técnicos e financeiros, e alguns casos nos meios técnicos, a sua modernização porque foram entregues, em muitos casos, foram entregues equipamentos obsoletos às juntas de Freguesia, o aumento das verbas da Taxa Turística para as zonas turísticas, libertando assim outras verbas e outras receitas da Câmara Municipal de Lisboa para investir noutras Freguesias da Cidade, onde essa concentração turística não existe, e, portanto, libertando esse investimento vai dar resposta a zonas que hoje em dia também sofrem, e muito, sobre o aumento da produção de resíduos sólidos, obviamente, tem que haver uma motivação dos trabalhadores e essa motivação faz-se através de uma alteração da tabela salarial, e depois parece-nos algo muito importante, que nós já defendemos aqui quando foi a questão do Regulamento Arvoredó e toda esta problemática, que é o facto de nós temos vários funcionários e colaboradores da Câmara Municipal de Lisboa, que tendo determinado *know how* nesta matéria e que deviam ser eles a formar, quer as empresas trabalham para as Juntas, quer aqueles funcionários que acabam por ir para as Juntas, explicar-lhes esta nova abordagem, uma nova problemática que Lisboa atravessa e perceberem e dar-lhes formação e dotá-los de novas capacidades e de intervenção,

naquilo que é o seu conteúdo funcional, portanto, deixamos... Senhora Presidente, terminando dizendo que em breve o CDS apresentará uma Proposta. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, novamente boa tarde. -----

----- Uma vez mais estamos aqui reunidos para debater uma Proposta que visa solucionar o problema quase crónico de higiene urbana em Lisboa, todos os partidos, grosso modo, já apresentaram esta casa Propostas para a resolução deste problema, e o que se pode concluir de tudo isto? Que a Administração da Câmara Municipal não tem a mínima vontade de discutir, analisar e chegar a um consenso com as forças políticas representadas nesta Assembleia.-----

----- Temos agora liberdade para nos interrogarmos sobre a eficácia, no fundo, desta nossa Assembleia, Recomendações aprovadas nesta Casa não podem nem devem ser majestaticamente ignoradas pelo Executivo Camarário, sob pena de nos transformarmos numa espécie de parente pobre da família da democracia, isto acontece, infelizmente, quase todas as semanas” -----

----- Pior, a Câmara e o Partido Socialista têm até agora ignorado este problema com dupla argumentação, primeiro que as críticas da oposição são parte de uma estratégia de política de casos, segundo que a Cidade de Lisboa não está suja e que a Higiene Urbana tem cumprido com os seus objetivos. -----

----- Só o mês de agosto é que o Senhor Presidente mudou pela primeira vez de registo em relação a esta matéria e confirmou o evidente, mas pasme-se, com o bum do crescente fluxo de turistas na capital, Lisboa mudou muito nos últimos anos e temos que pensar nos problemas à luz destas novas realidades, se queremos ter uma cidade moderna, inclusiva onde todos possam viver com qualidade de vida, temos que começar pelo mais básico, pela higiene urbana.-----

----- Recordamos que, de uma forma genérica uma das missões primordiais da política autárquica passa por esta higiene urbana, uma cidade suja como Lisboa presentemente está, reflete um falhanço político, é preciso urgentemente alterar o atual paradigma criado para enfrentar este problema. -----

----- O PPM irá obviamente votar favoravelmente a Proposta de Deliberação do PSD relativa aos serviços de higiene urbana, porque é uma boa Proposta e porque acima de tudo a triste realidade da cidade assim nos obriga! -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, em setembro do ano passado, num jantar na FIL, durante a campanha para as eleições autárquicas, o Senhor Presidente da Câmara fez um trocadilho, uma gracinha, sim, o Senhor Presidente da Câmara também faz gracinhas, não sou só eu!... Com as alterações de *rating* da dívida portuguesa e afirmou, passo a citar “Foi aqui em Lisboa que ganhei o gosto pela higiene urbana,

por tratar do lixo e é por isso, com grande satisfação, quando já não tenho essa responsabilidade, que tenho o orgulho de testemunhar o dia em que Portugal saiu do lixo das agências de *rating*”, como todos sabemos que existe aqui uma dupla contradição, primeiro a responsabilidade para a alteração do *rating* não foi deste Governo, mas do precedente, e em segundo a responsabilidade que o Senhor Presidente tem é do aumento drástico do lixo e não o da sua resolução. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Beatriz Dias, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Dias (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde novamente, eu venho analisar a Proposta do PSD., portanto, a Proposta nº 8/ PSD de 2018, é facto que a cidade de Lisboa está cada vez mais suja, o lixo amontoa-se nas ruas, junto aos Ecopontos, para além da acumulação de entulho e outros dejetos que claramente contribuem para a degradação das condições de higiene e diminuem a salubridade nas ruas da cidade. -----

----- A recolha e tratamento de resíduos têm uma importância central na sociedade com sérias complicações de saúde pública e no ambiente, a prestação deste serviço público, fundamental, constitui uma atribuição essencial da Câmara Municipal de Lisboa, cuja manutenção e qualidade importa assegurar. -----

----- A aplicação da Lei 56 de 2012, que levou à transferência de competências de varredura e lavagem e cerca de seiscentos trabalhadores da Câmara para as Juntas de Freguesia, provocou desmantelamento da higiene urbana, tendo aniquilado a capacidade operacional deste setor cujo funcionamento era o resultado de uma gestão integrada. -----

----- Passados cerca de 4 anos sobre a transferência efetiva de responsabilidades e de meios materiais, muitos dos quais inoperacionais, degradados e desajustados, face às necessidades efetivas e de recursos humanos, em número claramente insuficiente para as exigências de intervenção no território para as juntas de Freguesia, a situação tem-se vindo a agravar, a qualidade e higiene urbana em Lisboa está pior! -----

----- Na prática, não existe uma divisão clara das responsabilidades, há uma certa indefinição sobre quem faz o quê, as Juntas de Freguesia atribuem as responsabilidades à Câmara e vice-versa. -----

----- Como relata o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, no Boletim número de 188, publicado na sua página, registam-se impasses quanto ao desenvolvimento, quanto ao desenvolvimento de várias competências entre a Câmara e as Freguesias como, por exemplo, a recolha de monstros urbanos, lavagem de espaço estruturantes ou a limpeza de grandes eventos, resultando em claros prejuízos para a população. -----

----- Segundo os dados da STAL o Município Lisboa conta atualmente com cerca de quinhentos cantoneiros de limpeza e cerca de quinhentos condutores de máquinas e



veículos especiais, um número claramente insuficiente face, às atividades que é indispensável, que é indispensável realizar diariamente, para responder a exigente tarefa à exigente tarefa de recolha de resíduos.-----

----- Face á necessidade de novos trabalhadores o Executivo da Câmara Municipal deve implementar uma estratégia que garanta a contratação do número de operacionais ajustadas às necessidades, pelo que deverá remover todos os obstáculos provocados pela burocracia e morosidade dos processos, há urgente abertura de concursos de ingresso para cantoneiros de limpeza e condutores de máquinas pesadas e veículos especiais. -----

----- São relatados também pela STAL atrasos na formação profissional prestada pela Câmara, tanto aos novos trabalhadores como aos restantes, nomeadamente, no manuseamento de equipamentos, como os contentores subterrâneos ou a operacionalização de novas viaturas, que têm afetado o desempenho neste setor, a formação profissional adequada contribui para uma maior eficácia no desempenho das tarefas diárias, contribuindo igualmente para a redução do número de acidentes de trabalho, sendo indissociável da qualidade do serviço prestado, deve ser uma das prioridades neste setor, devem ser reconhecidas as especificidades desta profissão que a difere das demais, a exigências das tarefas a cumprir casam um rápido desgaste, como o impacto na capacidade e saúde do trabalhador, pelo que deve ser ajustada a duração das carreiras e o horário de trabalho à realidade laboral destes trabalhadores, e também a redefinição dos circuitos deve ser feito em articulação com o Sindicato de modo a aumentar a eficácia.-----

----- Pelo exposto, nós vamos votar favoravelmente os pontos 1 a 4 da Proposta de Deliberação nº. 08/PSD de 2018. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Palavra ao Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Esta temática tem vindo a ser abordada por nós nas mais variadas deliberações. Recentemente, em Sessão de Declarações Políticas, tivemos a oportunidade de expressar o nosso descontentamento perante o estado de desleixo da Nossa Lisboa. ----

----- Nada que não tivéssemos já previsto. Desde o início do processo de implementação da Reforma Administrativa de Lisboa (RAL) nos mostramos apreensivos, prevendo já um rol de consequências que em nada viriam a beneficiar os lisboetas. -----

----- A reformulação do modelo de intervenção dos serviços de Higiene Urbana está na origem de grande parte dos problemas com os quais nos deparamos agora. -----

----- Caros colegas, para nós, não é aceitável que uma cidade galardoada como “Capital Verde Europeia 2020” e distinguida como “Melhor Cidade Destino da Europa” se apresente como uma lixeira de grandes dimensões. -----

----- Importa salientar que em Junho, numa reunião descentralizada do executivo camarário, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro informou que a Câmara, em parceria com a Valorsul, estava a preparar uma grande campanha de sensibilização junto da população com o objectivo (e cito), “de alertar para a necessidade de fazer reciclagem e suscitar comportamentos adequados do ponto de vista da higiene urbana”. Resta saber, para quando e em que moldes será feita esta campanha. -----

----- Terá de concordar connosco que este não é certamente o Cartão de Visita que dignifica a Nossa Lisboa, porquanto que no dia 27 de Junho, durante a reunião pública da Câmara, V. Ex.<sup>a</sup> subscreveu uma Moção do PSD que visa alargar a recolha de lixo ao domingo nas zonas de maior pressão turística. -----

----- Felicitamos esta decisão camarária, na medida em que demonstra uma importante mudança na estratégia e modus operandi na governação da cidade, bem como um reconhecimento de que algo não tem corrido bem neste campo. -----

----- A este propósito, gostaríamos de saber se a Câmara já iniciou o processo de diálogo com os trabalhadores e respectivos sindicatos, no sentido de alargar a recolha de lixo ao domingo? Se não, quando o pretende fazer? Se sim, qual a data prevista para o início da recolha dominical nas zonas de maior pressão turística? -----

----- Por último sabemos que o Município comprou 10 carrinhas elétricas com o desenvolvimento turístico, que estas foram distribuídas pelas Freguesias das zonas históricas. Gostaríamos de lembrar que não é só nas Freguesias das zonas históricas, com grande pressão turística que se encontram numa luta contra o lixo em cada esquina, exemplo disso é Benfica e São Domingos de Benfica, estas Freguesias onde não há propriamente uma excessiva pressão turística, a situação é igualmente caótica. -

----- Caros presentes, os problemas com que Lisboa se depara actualmente não são só sobre a evidente má gestão dos lixos, passam também pela gestão caótica dos acessos a Lisboa. Refiro-me, muito particularmente, a uma das mais importantes entradas em Lisboa, o Aeroporto da Portela. -----

----- Quem chega a Lisboa, ou daqui parte, para além das dificuldades em conseguir um transporte tem ainda que presenciar a falta de auxílio das autoridades policiais que, contrariamente ao que seria suposto fazerem (isto é auxiliarem o cidadão e permitirem um escoamento eficiente), dificultam a tomada e largada de passageiros bloqueando as zonas para esse fim. -----

----- cremos que já deveriam ter tomadas providências para resolver este problema, e nada se fez ou faz, muito pelo contrário permite-se que a PSP e a Polícia Municipal bloqueiem os acessos e impeçam a utilização da plataforma UBER, única alternativa a este bloqueio dos profissionais do táxi, verdadeiro cerco que a cidade sofre desde há 1 semana para cá. -----

----- Não podemos calar-nos perante este sequestro. Disse” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. A Câmara também sinalizou que quer usar da palavra neste ponto.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Palavra à Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez muito boa tarde a todos e todos. -----

----- Em relação a esta Proposta do PSD, de facto, é notório, é evidente que Lisboa hoje está mais suja, no entanto, temos que dar resposta a esta necessidade e combater este problema a seu montante, ou seja, apesar da Recomendação que aqui é vertida há ainda um longo trabalho a fazer, nomeadamente, no caminho da sensibilização.-----

----- E recorde precisamente que hoje mesmo foi noticiado pela Comissão Europeia, que foram apontados entre vários países Portugal, como um dos Estados Membros que está em risco de falhar precisamente a meta dos 50% da reciclagem de resíduos municipais até 2020, e que para tal é preciso fazer mais pelas suas populações e para também, para que as suas economias venham a beneficiar da economia circular, algo que o PAN vem defendendo.-----

----- Isto vai, de facto, ao encontro de algumas iniciativas que já vimos aqui ser aprovadas nesta Assembleia Municipal, no entanto, não podemos esquecer-nos que, para além das iniciativas já foram aprovadas para a redução do consumo, por exemplo, de plásticos, entre outras, e também da própria Reforma Administrativa que tem estado sempre na ordem do dia nesta Assembleia, há outros desafios que a gestão dos resíduos urbanos nos trazem, nomeadamente, e também já foi referido, pelas dinâmicas do aumento da pressão turística, o aumento também da problemática das alterações climáticas, portanto, é obviamente, e tudo e sem agravar a qualidade de vida de quem habita nesta Cidade. -----

----- Não basta, de facto, procurar respostas para a incapacidade da recolha do lixo, mas é acima de tudo fundamental combater a montante esta problemática incentivando não só os munícipes, mas os diferentes operadores, comerciantes, serviços, a par também dos próprios serviços Municipais, a um consumo mais sustentável, desde logo, eliminando, por exemplo, produtos descartáveis das suas opções, se queremos combater a problemática do lixo vamos à sua raiz e, de facto, eliminar o seu consumo ou incentivar a sua entrega e a sua triagem por parte de quem também o produz.-----

----- O PAN acompanha esta Proposta do PSD, mas considera que é indispensável que haja, de facto, considera que é indispensável que haja uma recolha concertada entre a Câmara e as Juntas de Freguesia relativamente aos diferentes tipos de resíduos, desde logo nos Ecopontos e postos de limpeza, onde estão colocados os contentores, evitando assim atuais situações de insalubridade, mas defendemos também que deve haver aqui um aumento do reforço da fiscalização a locais da cidade mais afetados pela acumulação de lixo, para que não reine, de alguma forma, impunidade ainda que compreendemos que muitas das vezes é difícil identificar os seus infratores.-----

----- Não posso deixar de referir, por exemplo, e qualquer um de nós a passearmos pelas ruas da nossa cidade, ou se formos até mesmo ao Parque Florestal de Monsanto, não é incomum num próprio domingo de manhã, vemos os depósitos de lixo cheios, muitas das vezes até com garrafas de cerveja e outro tipo de resíduos que são nocivos para o próprio parque, ou para outras zonas ajardinadas da cidade, e disse ser gritante que há, de facto uma sensibilização a fazer a todos aqueles que connosco querem lutar com uma melhor qualidade de vida. Só muito brevemente referir que também tem que haver uma aposta muito forte nas escolas e na sensibilização destas matérias, para não estarmos a falhar, e estarmos aqui a apontar o dedo, de facto, o resultado final que a recolha do lixo e não combate-lo na sua origem. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa, do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Apenas umas breves notas em relação a esta Proposta de Deliberação do PSD, há aqui um ponto que todos estamos de acordo, realmente que o problema do lixo na cidade de Lisboa, é de facto um problema gravíssimo, que atingiu proporções absolutamente escandalosas, já em relação às causas não estaremos todos de acordo e o PCP vem mais uma vez aqui que, em nosso entender, a Reforma Administrativa de desagregou realmente serviços, nomeadamente, a questão da Higiene Urbana e essa para nós é uma das grandes causas que contribuem também, portanto, para este problema do lixo. -----

----- O PCP é contra essa desagregação dos serviços, somos a favor realmente de mais trabalhadores, de contratação de mais trabalhadores, aliás, há 15 dias apresentámos aqui nesta mesma Assembleia, uma Recomendação que não foi aprovada exatamente neste sentido e tivemos a referência da parte do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, de que a Câmara iria contratar trabalhadores, vamos ver! -----

----- Em relação a esta Proposta em concreto, nós vamos votar favoravelmente alguns pontos e vamos votar contra outros, obviamente, só queria ressaltar que um dos pontos positivos que esta Proposta acrescenta, que é o ponto 4, sobre as carreiras de desgaste rápido, queria apenas referir que há pouco tempo, houve uma Proposta do Partido Comunista Português, que foi aprovada por unanimidade na Câmara, em que se, portanto, e essa Proposta que referi é que se a fazer um levantamento do número de trabalhadores nestas condições e preconizar a alterações legislativas para o proteger, portanto, este é um dos pontos positivos desta Proposta, mas nós já pedimos realmente a separação dos pontos, porque não podemos acompanhar todos estes pontos da Proposta do PSD. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado, em primeiro lugar quero agradecer este debate, quero agradecer o tom e as Propostas apresentadas pelo PSD e, no fundo o aspeto que eu acima de tudo destaco é a ideia da construção e da participação na construção de soluções.-----

----- Enganam-se aqueles que acham que a Câmara Municipal não reconhece os problemas e, portanto, estaria obviamente, no fundo a iludir toda a gente, se não reconhecêssemos que tivemos problemas e temos problemas, do ponto de vista do Serviço de Higiene Urbana, temos problemas, temos noção concreta dos problemas, e os problemas acabaram por ter um reflexo na cidade também muito fruto da gestão de compensação, que foi muito bem descrita, aliás, pelo Senhor Presidente Luís Newton, quando fazem referência à forma como a Câmara Municipal procura, quando a capacidade operacional que tem não é satisfatória, para o serviço que existe, a Câmara Municipal muitas vezes para garantir que não há quebra de serviço nas zonas de maior pressão, desloca equipas, nomeadamente, das zonas residenciais para garantir que no centro da cidade, nós não temos problemas, isso aconteceu efetivamente! -----

----- E portanto, tivemos problemas durante o verão, e nós acreditamos que esses problemas que nós tivemos durante o verão têm que ser corrigidos, e nós não ficamos minimamente intimidados com esses problemas, e o objetivo é apresentar respostas, respostas que, com certeza, poderão ser participadas com o contributo de todos no sentido de nós resolvermos este problema, e vencermos este problema, nós acreditamos no serviço público que prestamos, achamos que houve muitas mudanças nos últimos anos, a Reforma Administrativa como aqui foi referido, o aumento da produção de resíduos, só para destacar que este ano o aumento homólogo já vai na casa dos 5,9 por cento, que muito tem relacionado com o aumento da atividade económica, do ponto de vista da cidade. -----

----- O ano passado tivemos lamento já de 3 por cento face ao ano anterior. Temos o dobro dos turistas que tínhamos quando a o processo da Reforma Administrativa aconteceu e, portanto, hoje a realidade que as Juntas de Freguesia, especialmente a zona histórica tem, é muito diferente daquela foi a fotografia que originou processo da Reforma Administrativa, nomeadamente a fotografia da cidade dos anos 2011/2012, que originaram, no fundo, toda a preparação que foi feita, portanto, a situação mudou substancialmente, mas também rejeitamos a ideia de que a Câmara Municipal não tem feito nada, não ter feito, não tem procurado e combatido a situação, porque foi feito um investimento sem paralelo na renovação da frota, neste momento, há já renovámos 105 viaturas da frota e investimos fortemente na rede que está a ser montada, que está longe de estar concluída, de contentores enterrados na cidade, e já adaptarmos alguns bairros históricos, eliminando os sacos, faltando obviamente todo um trabalho de completar esta rede de eco-ilhas enterradas, faltando completar os bairros históricos. --

----- Mas dizer que a Câmara nunca vai estar do lado contrário de quem apresente propostas como o reforço dos recursos humanos, como aqui foi referido, ou como quem apresente no fundo, uma Proposta de Delegação de Competências, que achamos que é muito útil para a solução do problema, ou mesmo do reforço do investimento através da taxa turística para as juntas de Freguesia do centro histórico, mas achamos que também é importante ir mais longe, da mesma maneira que nós temos muitas vezes intolerância com o serviço que não é prestado, e nós aceitamos essa exigência, nós também temos que ter intolerância com quem polui, com quem não cumpre, com quem não é rigoroso e, por isso, nós também queremos apresentaram uma alteração ao Regulamento da Higiene Urbana da Cidade e queremos, como aqui foi dito, e só para responder, queremos fazer essa campanha. -----

----- Relativamente à outra atrasada está prevista para o final do ano e esperemos que seja uma campanha que resulta em muito do ponto de vista da sensibilização, mas volto a dizer, aceita perfeitamente o nível de exigência que a Assembleia Municipal tem sobre a Câmara, tentaremos estar à altura, aceitamos muito esta forma colaborativa de construir soluções, cá estamos para receber as Propostas dos vários Partidos, das Juntas de Freguesia, mas achamos que nós todos em conjunto também devemos ser exigentes com quem polui e com quem não cumpre na nossa Cidade.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim das intervenções sobre este ponto, vamos passar às votações. A Proposta do PSD que tem 6 pontos deliberativos, há umas pequenas alterações de redação que eu peço para tomarem devida nota, na entrada, ou no corpo da parte diretiva onde está “o Grupo Municipal propõe que a Assembleia delibere nos termos regimentais propor à Câmara”, não é delibere, é “delibere recomendar à Câmara”. -----

----- Depois no ponto 6 há aqui também uma alteração de redação, estava “que os serviços assegurem recolha de lixo 7 dias por semana” e passa a estar “que os serviços continuem a expandir por toda a cidade a operação de recolha de lixo 7 dias por semana ao invés dos atuais 6”, é isto que está proposto, esta alteração da redação, os serviços penso que se tenham tomado devida nota, e vamos passar à votação por pontos, o primeiro ponto separado, o ponto 2, 3 e 4 pode ser juntos, e depois os pontos 5 e 6 que podem ser separados.”-----

----- **Ponto 1 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018**, votos contra do PCP, votos de abstenção do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT e 9 IND. **O Ponto 1 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Pontos 2, 3 e 4 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018**, não há votos contra e nem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **Os Pontos 2, 3 e 4 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018 foram aprovados por unanimidade.**-----

----- **Ponto 5 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018**, votos contra do PCP, BE e PEV, votos de abstenção de 1 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN,

MPT, PPM e 8 IND. O Ponto 5 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018 foi aprovado por maioria.-----

----- Ponto 6 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018, votos contra do PCP, BE e PEV, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP,PAN, MPT, PPM e 9 IND. O Ponto 6 da Proposta de Deliberação nº. 008/PSD/2018 foi aprovado por maioria.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhores Deputados, vamos agora entrar na última parte os nossos Trabalhos, são duas Propostas de Repartição de Encargos, têm uma apreciação conjunta, e portanto, eu vou enunciá-las sumariamente, é o Ponto 6º. da Proposta 594 que tem a ver com compromissos plurianuais para os anos 2018, 2019 e 2020, para aquisição de serviços de vigilância e segurança para edifícios, instalações e eventos do Município de Lisboa, e é o Ponto 602, que pede uma prévia autorização da repartição de encargos para 2018, 2019 e 2020 para a empreitada de construção do Parque Verde da nova Feira Popular.”-----

----- **PONTO 11 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS; GRELHA BASE: 34 MINUTOS:**-----

----- **PONTO 11.1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 594/CM/2018 – PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E DAS CONSEQUENTES E FUTURAS ASSUNÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2018, 2019 E 2020, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA EDIFÍCIOS, INSTALAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA CELEBRADO PELA ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS N.ºS 1, 2 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DO ARTIGO 24.º E DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR;**-----

----- **PONTO 11.2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 602/CM/2018 – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2018, 2019 E 2020, RELATIVOS À EMPREITADA N.º 01/DMEVAE/2017 – CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR, NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8**

**DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO EM VIGOR.**-----

----- (A **Proposta n.º 594/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Proposta n.º 602/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, vamos agora entrar na última parte dos nossos trabalhos, são duas Propostas de Repartição de Encargos, numa apreciação conjunta.-----

----- Alguém quer usar da palavra? A Mesa não regista pedidos de palavra.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 594/CM/2018**, não tem votos contra, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e IND. **A Proposta 594/CM/2018 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 602/CM/2018**, não tem votos contra, votos de abstenção do MPT, PPM, CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e IND. **A Proposta 602/CM/2018 foi aprovada por maioria.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados antes de se irem embora deixem-me desejar-lhes um resto de uma boa tarde.-----

----- Lembrar que para a semana não temos Sessão, lembrar aos Representantes que eu vou ver agora se Conferência de Representantes se faz nesta segunda-feira na outra, vou ver como é que estão os calendários, mas teremos uma Conferência de Representantes antes da próxima Sessão, que já está a fazer falta que a gente resolva algumas questões, nomeadamente a grelha dos tempos e a composição das Comissões.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----A PRESIDENTE-----